



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES
QUILOMBOLAS “AS PEROBAS”, NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E NA
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, NO QUILOBOLO RIBEIRÃO GRANDE
E TERRA SECA, NA BARRA DO TURVO, SÃO PAULO**

VIVIAN FERREIRA FRANCO

ARARAS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES
QUILOMBOLAS “AS PEROBAS”, NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
E NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, NO QUILOMBO RIBEIRÃO
GRANDE E TERRA SECA, NA BARRA DO TURVO, SÃO PAULO**

VIVIAN FERREIRA FRANCO

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO SILVEIRA
FRANCO

COORIENTADORA: PROFA. DRA. JANICE
RODRIGUES PLACERES BORGES

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento
Rural, como requisito parcial à
obtenção do título de MESTRE
EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL.

ARARAS

2021

Ferreira Franco, Vivian

Organização e Trabalho do grupo de mulheres quilombolas "As Perobas", na produção de alimentos e na conservação da natureza, no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, na Barra do Turvo, São Paulo. / Vivian Ferreira Franco -- 2021. 105f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Fernando Silveira Franco
Banca Examinadora: Alexandra Filipak, Ricardo Serra Borsatto
Bibliografia

1. Agroecologia Feminista Antirracista. 2. Agroecossistemas e Mulheres Quilombolas. 3. Produção de Alimentos e Cuidado com a Natureza. I. Ferreira Franco, Vivian. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias

Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Vivian Ferreira Franco, realizada em 26/05/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Fernando

Silveira Franco

(UFSCar) Prof. Dr.

Ricardo Serra Borsatto

(UFSCar) Profa. Dra.

Alexandra Filipak

(UNESP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço à vida e à saúde de todas as pessoas. Escrever no período de pandemia me fez ter mais certeza de que precisamos lutar pela vida. E, no meu caso, pela garantia da produção e do abastecimento de alimentos dignos da vida.

E, pela vida, agradeço a meus pais, por me enviarem ao mundo, por me protegerem e me oferecerem recursos para que eu chegasse aonde cheguei. Todas as pessoas deveriam ter acesso garantido à universidade, esse lugar de excelência. Desejo que as filhas e os filhos das agricultoras que querem ser agrônomas/os consigam alcançá-lo, porque, sem dúvida, nos ensinariam o que seus ancestrais fizeram ao longo de toda a vida: garantiram essa agricultura que sonhamos, que cultiva a terra em comunhão com a natureza.

Por isso, um agradecimento profundo às agricultoras quilombolas, que me deram a honra de poder entrar em suas vidas, que me confiaram seu dia a dia para publicarmos essa obra e que me ensinam o segredo de viver a vida no belo, no simples e no amor incondicional.

Agradeço à SOF (Sempreviva Organização Feminista), a cada mulher que conheço e às que não conheço, pois todas estamos conectadas por uma rede mundial, em busca da garantia do direito das mulheres, da nossa sobriedade e da nossa capacidade de ser Mulher. Sem a SOF e minhas companheiras, essa dissertação não seria possível dessa maneira.

Agradeço ao meu orientador, parceiro de caminhada, que me orientou ainda pequena no Trabalho de Conclusão de Curso da Agronomia, pela UNESP/Botucatu e, agora, nessa dissertação, para garantir o título de mestre em Agroecologia. Conhecemos-nos na militância pela agroecologia. Eu, no movimento estudantil da FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e no grupo de extensão Timbó de Agroecologia, e ele, em sua militância acadêmica e ativista, em seu jeito especial de ser educador na sala de aula, nos corredores, no campo, com qualquer ser humano da mesma forma. Que sorte a minha!

Agradeço a minha coorientadora pelo encontro. Desde a primeira aula sabia que “era ela”, apaixonada pelo que faz, socióloga ligada à agroecologia, cuidadora, “mãezona” e cuidadosa em relação a essa dissertação, me auxiliando a fazer as costuras necessárias com tanto zelo e profissionalismo.

Agradeço também a CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que custeia o PPGADR, incentivando o conhecimento científico em Agroecologia, imprescindível para o desenvolvimento dos Sistemas Agroalimentares no mundo.

Ao PPGADR, Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, à coordenação e à secretaria, super presentes em todo o meu período de mestrado, sempre com muita prontidão, profissionalismo e alegria em poder contribuir com as informações que eu precisava para chegar até aqui. Mulheres incríveis!

Agradeço à minha turma no PPGADR, composta de forma interdisciplinar, com paridade de gênero e raça, com adesão às cotas. Como foi bom ter tido a oportunidade de debater com minhas e meus colegas os temas mais complexos nas aulas presenciais! Que privilégio tivemos de ser a última turma antes da pandemia! Aprendi muito nesse programa e acredito muito nele. Por isso, nosso compromisso em publicar artigos científicos e garantir que esse programa cresça ainda mais, quem sabe em breve nos garanta uma casa para a partilha do Doutorado.

À minha família, aquela que escolhi e a que não escolhi. Tenho a sorte de ter as duas, e de nas duas encontrar os caminhos e as bases para alcançar meus objetivos.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	i
ÍNDICE DE QUADROS.....	ii
ABREVIATURAS.....	iii
SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	v
1.INTRODUÇÃO.....	01
2.OBJETIVOS.....	24
2.1. Objetivos gerais.....	24
2.2. Objetivos específicos.....	24
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	25
4. MATERIAIS E MÉTODOS.....	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
5.1. Ancestralidade, Agricultura e Território.....	42
5.2. Mulheres, Agroecossistemas e Suas Práticas Agroecológicas.....	52
5.3. Divisão Social do Trabalho, Organização Social e Comercialização das Mulheres Quilombolas.....	76
6. CONCLUSÕES.....	94
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICES	
I. Análise dos Solos dos Agroecossistemas.....	102
II. Levantamento das Plantas Indicadoras nos Agroecossistemas.....	103
III. Poema da Agricultora Quilombola “As Perobas”	104

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA	PÁG
Figura 1. Comunidades Quilombola Ribeirão Grande e Terra Seca.....	33
Figura 2. Critérios de Seleção das Unidades Familiares do estudo dos Agroecossistemas.....	38
Figura 3. Linha do Tempo do histórico de ocupação do território, relatada pelas mulheres quilombolas.....	41
Figura 4. Agroecossistemas.....	50
Figura 5. Diagrama dos Agroecossistemas Agricultora I.....	52
Figura 6. Diagrama dos Agroecossistemas Agricultora II.....	52
Figura 7. A multifuncionalidade dos Quintais Produtivos.....	54
Figura 8. Perfil da Superfície dos Solos nos Agroecossistemas.....	63
Figura 9. Plantas Indicadoras presentes nos Agroecossistemas.....	64
Figura 10. Diversidade Genética levantada em campo.....	65
Figura 11. Diversidade Genética levantada em campo.....	66
Figura 12. Imagem satélite do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, nos anos de 1986 e 2019.....	67
Figura 13. Divisão social do trabalho entre homens e mulheres.....	69
Figura 14. Representatividades dos alimentos cultivados.....	73
Figura 15. Gráfico Comercialização RAMA 2017 – 2020.....	73
Figura 16. Gráfico Renda Comercialização das Perobas 2017 – 2020.....	75
Figura 17. Cultivo das Mulheres Quilombolas da Farinha de Milho no Monjolo	75
Figura 18. Diversidade na luta das agricultoras.....	81

ÍNDICE DE TABELAS

TABELAS	PÁG.
Tabela 1. Caracterização dos Agroecossistemas.....	51
Tabela 2. Mercados das mulheres do grupo “As Perobas” 2017 – 2020.....	72
Tabela 3. Sistematização da Receita Bruta do total de alimentos comercializados pela RAMA de 2017 a 2020.....	74
Tabela 4. Relação de Produtos Comercializados pelo grupo das “Perobas”	75
Tabela 5. Fotografias dos Alimentos Típicos Tradicionais Quilombolas.....	76

SIGLAS E ABREVIATURAS

- ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CONAQ** – Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas
- CRQs** – Comunidades Remanescentes de Quilombos
- DAP** – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENA** – Encontro Nacional de Agroecologia
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITESP** – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MOJAC** - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PBQ** – Programa Brasil Quilombola
- PEJ** – Parque Estadual do Jacupiranga
- PLANAPO** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- SOF** – Sempreviva Organização Feminista

ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES QUILOMBOLAS “AS PEROBAS”, NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, NO QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE E TERRA SECA, NA BARRA DO TURVO, SÃO PAULO.

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados da análise de um grupo de mulheres do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil, que busca nas práticas agroecológicas a sociobiodiversidade, garantindo sua autonomia financeira, a alimentação da sua família e a manutenção do seu modo de vida, a partir do cuidado com a natureza, algo permanente entre elas desde sua ancestralidade. Através de metodologias apropriadas no bojo da realidade das mulheres, é possível incluí-las no centro da discussão, não apenas no âmbito da sua organização social ou do trabalho doméstico realizado exclusivamente por elas, mas também a partir do trabalho da agricultura. Com isso, pretende-se contribuir para ampliar os espaços de construção do conhecimento no âmbito dos saberes da agroecologia enquanto ciência-prática-movimento, bem como observar as questões de gênero e raça, os aspectos socioambientais, organizacionais e técnico agrônômicos como coexistentes. É preciso cada vez mais tornar evidente o diálogo entre esses saberes, na interdisciplinaridade integrada, e dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitas políticas na agroecologia.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas; Agroecologia; Agroecossistemas; Sociobiodiversidade.

**ORGANIZATION AND WORK OF THE QUILOMBOLA'S WOMEN GROUP
"As PEROBAS" IN FOOD PRODUCTION AND NATURE CONSERVATION
IN THE QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE E TERRA SECA, IN BARRA DO
TURVO, SÃO PAULO.**

ABSTRACT

This study presents an analysis on the women's group from Quilombo Ribeirão Grande and Terra Seca, located in Vale do Ribeira, São Paulo, Brazil. It focuses on agroecological practices that ensure biodiversity and financial autonomy, and food for the women's family, as well as the preservation of nature based on their tradition, that has deep foundations in their ancestry. As the selected methodologies were based on the women's existences, they were the central point of discussion, moving beyond the analyses about social organization and domestic labor, pinpointing their agricultural practices. In this sense, this research intends to expand knowledge construction in the agroecological context as it is a science-practice-movement. It also proposes to observe gender and race issues, socio-environmental and agronomic methods as coexisting processes. The dialog between these theories needs to become self-aware through interdisciplinary exchanges, so that women can be seen as political subjects in agroecology.

Keywords: Quilombola's Women; Agroecology; Agroecosystem; Sociobiodiversity.

1. Introdução

Numa perspectiva arquetípica, a humanidade (húmus) fecunda a terra com o trabalho humano, através, portanto, da agricultura.

(BOMBARDI, 2017)

Sem a natureza não existimos mais, ela é a base da nossa vida. Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar.

(PRIMAVESI, 2020)

A agricultura pode ser considerada a base para que uma sociedade evolua, pois alimentar-se é uma necessidade de todo ser vivo. Assim, a forma em que se dará essa agricultura é imprescindível para o equilíbrio da humanidade.

A expressão “*comer é um ato político*” fortalece a compra dos alimentos provenientes da agricultura familiar agroecológica. Por meio de lutas sociais pelas políticas públicas de abastecimento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou através dos circuitos curtos de comercialização, busca-se uma relação entre consumidor/a – produtor/a que seja cada vez menos intermediada por relações meramente capitalistas, baseadas no lucro. Busca-se, ao contrário, relações que estabeleçam laços entre as consumidoras e os consumidores e a origem e qualidade dos alimentos daqueles que os produzem.

Em uma publicação recente da SOF, intitulada *Cultivar a vida em movimento: experiência de economia feminista na América latina (2020)*, afirma-se que as experimentações de conexão entre urbano e rural e de reorganização do espaço urbano se dão em torno da produção da própria comida, por meio de mercados solidários e agroecológicos, grupos de compras ou redes solidárias onde quem organiza a produção não é o consumidor com suas preferências e seu dinheiro, e sim a natureza e quem

produz com ela. Essas práticas invertem a lógica da primazia do mundo urbano, e são uma referência para onde queremos chegar.

Para transformar a produção em uma categoria vinculada à manutenção da vida, é necessário repensar o que é produzido, como e quanto. Será necessário promover as atividades e os setores que produzam bens e serviços de forma compatível com a conservação dos ecossistemas. A Agroecologia, a pesca sustentável, a reabilitação energética de edifícios, a energia renovável, o transporte público ou os serviços públicos comunitários podem ser alguns desses setores que devem ser socialmente impulsionados (HERRERO apud SOF, 2020).

Tudo o que consumimos é meramente reflexo do trabalho realizado por pessoas, expresso em mercadorias que visam satisfazer as necessidades humanas. Os alimentos são provenientes da terra e do trabalho humano. No entanto, a maior parte dos alimentos está subordinada a um processo industrial e químico cuja base de produção é monopolizada pelas indústrias que se sustentam através da mão de obra da classe trabalhadora. Um dos pontos em comum entre as pessoas que vivem no campo e as que vivem na cidade é que todas necessitam de alimentos, entretanto, as pessoas que vivem nas periferias das cidades, geralmente grande parte da classe trabalhadora, precisam lutar por eles.

Em meio à atual crise dos sistemas agroalimentares, a construção de um projeto direcionado à soberania alimentar com base na agroecologia é um dos enfrentamentos contra a fome e a miséria. Essas decorrem de um sistema que torna prioritariamente acessível às classes mais pobres alimentos industrializados, tais como bolachas transgênicas, sucos em pó, e milhares de produtos enlatados cheios de conservantes e produtos químicos, desconhecidos à maioria dos consumidores. E os alimentos *in natura*? Por que o arroz e o feijão estão cada vez mais caros e indisponíveis a uma parte da população?

O baixo custo desses alimentos industrializados revela a maquiagem da indústria, já que em sua precificação não se calcula os riscos à saúde humana, nem os danos ambientais e as consequências nocivas ao planeta decorrentes dessa produção. Além disso, os donos de algumas das

principais indústrias de alimentos são também detentores das indústrias farmacêuticas, como é o caso da Monsanto e da Bayer, por exemplo.

As áreas consideradas urbanas no Brasil representam menos de 1% do território nacional (0,63%), embora concentrem 163 milhões de pessoas, ou seja, 84,3% da população brasileira. Os demais, ou seja, 15,28% da população, vivem em áreas rurais, de acordo com as pesquisas do PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (2015) e dados da Embrapa Gestão Territorial/SP (2017).¹

Há, portanto, uma ligação intrínseca entre o campo e a cidade no que diz respeito a quem planta e a quem come. Um lema levantado pelos movimentos sociais que constroem a agroecologia, “*Se o campo não planta, a cidade não janta*”², une movimentos de diferentes ordens que caminham para questionar a origem dos alimentos e garantir à humanidade o direito criado em 2006 através da Lei Orgânica da Segurança Alimentar³. Da mesma forma, para Bombardi, (2011) “A questão da agricultura deixou há muito tempo de ser um tema exclusivo ao campo, ela diz respeito à sociedade brasileira como um todo”.

Por isso, reforçamos que os estudos científicos que abordam temas a respeito da alimentação humana necessariamente devem ser conduzidos de forma integrada com as diversas áreas do conhecimento, pois esse assunto atravessa o cuidado com a Terra, os animais e a vida humana. O mesmo deve ocorrer nos debates sobre agroecologia.

¹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

² Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/09/mais-do-que-nunca-se-o-campo-nao-planta-a-cidade-nao-janta>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

³ “O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, abrange a ampliação das condições de acesso, por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, incluindo a água, bem como a geração de emprego e redistribuição da renda; a conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação, incluindo os grupos populacionais vulneráveis; a garantia da qualidade da alimentação, estimulando práticas saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população; produção de conhecimento; implementação de políticas públicas sustentáveis de produção, comercialização e consumo, respeitando as características culturais. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º”. Entrevista com Maria Emília Lisboa Pacheco: Militância, gênero e soberania alimentar. Revista IDeAS, v. 8, n. 1, 2014, p. 264-295.

Por sua vez, o que se revela nos interiores das práticas agroecológicas é que, quando elas são realizadas pelas mulheres, há uma inversão da lógica capitalista não apenas em sua forma de conduzir a fertilidade dos solos e o cuidado com a terra – em toda a extensão da cadeia produtiva dos alimentos –, mas nas relações que envolvem todas as suas atividades produtivas e reprodutivas.

As mulheres, por conseguinte, são portadoras da vida, não só porque dão à luz, outra expressão que também é muito metafórica, pois a terra também dá à luz quando a semente brota: as sementes brotam em busca da luz. Mas, também porque são elas que alimentam por si mesmas, com seus próprios corpos, os seus filhos, assim como a Terra *planeta*, alimenta seus filhos nas suas mais diversas formas. (BOMBARDI, 2017, p.18).

Com o objetivo de fazer uma reflexão sobre o trabalho das mulheres no meio rural, ancorada na economia feminista e no debate sobre a divisão sexual do trabalho, Nalu Faria, da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), diz no artigo “Economia Feminista e a agenda de lutas das mulheres rurais”⁴, publicado no livro *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres (2009)*, que reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as do mercado. Isso porque ele não busca ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva. Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar, há um conjunto de necessidades como os afetos e a segurança emocional que são parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres.

Las mujeres fueron las productoras originales de alimentos, y continúan desempeñando un papel fundamental en los sistemas de producción de dichos bienes en El Tercer Mundo por lo que atañe el trabajo que realizan en la cadena alimenticia. En agricultura - así como en otras ciencias y esferas de la actividad económica – el aporte científico y económico de las mujeres ha pasado inadvertido porque son los hombres los que escriben la historia y la antropología, y porque la medida patriarcal para evaluar la importancia de la tecnologías la constituyen el mercado y las ganancias. (MIES, SHIVA, 2008, p. 156).

⁴ Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

A agroecologia, portanto, cumpre um papel central para as reflexões acerca da atual crise dos sistemas agroalimentares. Através da interdisciplinaridade necessária e devido a sua simultânea condição de ciência, prática e movimento, é possível dialogar cientificamente sobre os desafios de produzir alimentos sustentáveis e torná-los acessíveis a todas as pessoas. Portanto, não seria agroecológico fazer isso sem dar visibilidade ao trabalho das mulheres.

Uma ciência, prática e movimento social que visa promover práticas agrícolas que são ambientalmente sustentáveis e socialmente justas — é do interesse de comunidades rurais com poucos recursos não só porque é uma solução de base acessível e disponível, mas também porque desafia as dinâmicas de poder no atual regime agroalimentar explorador e opressivo. Ao promover a integração das ciências sociais, biológicas e agrícolas com o conhecimento tradicional e cultural, a agroecologia é localmente adaptável a um contexto específico e refinada através da experimentação participativa da produção agrícola. (SEIBERT, 2019, p. 44).

Segundo dados do IBGE (2021), 13,5 milhões de pessoas atingem a extrema pobreza, o que configura o maior nível nacional em sete anos. O cenário atual, em que milhares de pessoas sequer conseguem comprar gás de cozinha para cozinhar ou mesmo alimentos para sua família, nos leva a reflexões e tomadas de decisão práticas. Desse modo, nos perguntamos: Qual modelo de produção de alimentos devemos seguir no Brasil? E onde as mulheres estarão nesse processo?

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura a que Maria Emília Pacheco se refere está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar – preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades (incluindo a transformação de produtos e o artesanato) –, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.). (SILIPRANDI, 2015, p. 101).

Segundo atesta uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2015), a CONTAG e suas parceiras, em 2000, realizaram a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, sob o lema da Marcha Mundial das

Mulheres: “Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista”. Em 2003, a segunda Marcha das Margaridas atualizou esse mesmo lema: “2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Cerca de 30.000 mulheres rurais foram à Brasília, fortalecendo a reivindicação de políticas específicas para as mulheres, além disso, discussões sobre o tema foram realizadas em todo o país.

No ano de 2007, a Marcha mobilizou 40 mil trabalhadoras rurais em Brasília, que saíram às ruas para reivindicar terra, salário, saúde integral e lutar contra a violência sexista, reunindo, indiretamente, mais de um milhão de pessoas em todos os estados brasileiros. Em 2011, partindo da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominam entre as trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas, a Marcha das Margaridas, sob o lema “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” levou às ruas de Brasília cem mil mulheres, propondo um desenvolvimento centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural; na autodeterminação dos povos; na agricultura familiar e na soberania alimentar como estratégias para romper com a hegemonia de um sistema que privilegia a concentração de terras e de riquezas ⁵.

Foram inúmeras as mobilizações sociais que as mulheres participaram e continuam participando para a construção das políticas públicas no âmbito da agroecologia. Entre elas, há a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)⁶, e a formação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002. Segundo Hillemkamp e Nobre (2019), o governo do Partido dos Trabalhadores (governo Lula-Dilma, de 2003 a 2016) marcou uma redefinição das relações entre governo, movimentos do campo, ONGs e o agronegócio.

⁵ Disponível em:

<http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁶ Disponível em: <<http://www.agroecologia.gov.br/plano>> Acesso em: 23 jun. 2021.

Nesse contexto as mulheres do campo passam a contar, em 2010 com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPRM/MDA), com sua própria equipe e orçamento. Entre as políticas realizadas pela Diretoria destacam as chamadas públicas para ATER dirigida às mulheres rurais. A ANA assume a organização dos encontros regionais e nacional em que a Política Nacional de Agroecologia e a Política de ATER agroecológica são definidas. Dentro da ANA, o Grupo de Trabalho de Mulheres luta para que as desigualdades de gênero sejam levadas em conta nessas novas políticas. No caso da política de ATER agroecológica, este grupo finalmente obtém uma cota de 50% de mulheres beneficiárias, de 30% de técnicas mulheres e 30% do total de recursos dirigidos às mulheres. Essas políticas permitiram que as entidades executoras – incluindo as ONGs integrantes da ANA – desenvolvessem suas propostas em novos territórios, como foi o caso da SOF no Vale do Ribeira. (HILLENKAMP, NOBRE, 2018, p. 179).

Na vertente analítica trabalhada pela pesquisadora Emma Siliprandi (2015), a pesquisadora defende que o debate atual com enfoque na contribuição da agroecologia para os sistemas agroalimentares sobre sua dimensão política tem muito a dialogar com a concepção e a prática do feminismo. Para ela, algumas questões novas, e outras nem tão novas, emergem e ganham sentido para avançarmos na ligação necessária entre o nível micro da teoria da manutenção e do manejo dos agroecossistemas biodiversificados em seu sentido sócioeconômico, e o nível macro da ação política nos territórios.

Portanto, nos baseamos em uma visão holística a respeito da origem dos alimentos, para a qual somos seres integrados ao que comemos e, por isso, devemos ser providos de uma agricultura que se baseia na sustentabilidade. Nesse sentido, Primavesi (2003) reforça que somos também natureza, somos compostos minerais que vêm do solo por meio das plantas e dos animais e que se inter-relacionam. Cada elemento químico depende de outro em porções determinadas para ser absorvido. Nosso corpo, assim como o solo, combina inúmeras formas de vida (bactérias, fungos), sob determinadas temperaturas, em permanente arranjo em busca de equilíbrio. Somos, portanto, ecodependentes.

A agroecologia por sua vez, em linhas gerais, pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade desses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente,

e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que originaram e a sustentam. (SILIPRANDI, 2015, p. 81).

O Brasil está em primeiro no ranking mundial de produção de grãos, segundo informações na CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento (05/2021)⁷. A base dessa produção se encontra no modelo do agronegócio agroexportador das *commodities* agrícolas, pautado na produção de matéria prima entorpecida pelo alto consumo de agrotóxicos no ciclo agrícola. O Brasil se apresenta como um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxico, resíduos altamente tóxicos à saúde ambiental e humana.

Em áreas colossais, na composição de monocultivo, os grãos são cultivados para facilitar a mecanização e o consumo do pacote tecnológico de insumos com base na indústria química, sem os quais suas sementes transgênicas não se reproduziriam. Para Lombardi (2017), se somarmos as áreas plantadas com cana, soja e eucalipto no Brasil isso corresponderia a cinco vezes a área territorial de Portugal, ou a seis vezes a área territorial da Escócia ou a 16 vezes a área territorial da Bélgica. É notável, portanto, que a agricultura brasileira, na perspectiva de sua mundialização, tem se consolidado por meio da ampliação de cultivos voltados a transformarem-se em *commodities* ou agrocombustíveis, os quais demandam intensa utilização de agrotóxicos.

A última frase da definição do termo commodity apresentada no site do MIC (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio) é emblemática: “*Possui cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias*”, traduz, portanto, o sentido da transformação do alimento cada vez menos apenas como alimento e, cada vez mais, ora como *commodities*, ora como fonte para a chamada “agroenergia”. (BOMBARDI, 2017, p. 23).

⁷ Disponível em: <

Entretanto, há no mínimo controvérsias em garantir o ranking mundial de produção de grãos em fazendas ao mesmo tempo que milhares de brasileiros passam fome.

É sabido que a maior parte do que é consumido internamente pelos brasileiros é proveniente da pequena unidade familiar de produção. Dados do Censo Agropecuário (2017)⁸ mostram que a agricultura familiar continua respondendo por parte importante da produção de alimentos: 48% do valor da produção de café e banana nas culturas permanentes. Já nas culturas temporárias, intercaladas com outros produtos, a agricultura familiar é responsável por 80% do valor da produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão.

A complexidade acerca do tema da soberania alimentar circunda todos os parâmetros socioambientais. A cadeia produtiva dos alimentos serve a quais interesses? Segundo Primavesi (2003), “a água está diminuindo em nosso planeta. Nos últimos 50 anos, 40% da água doce desapareceu. Nos países tropicais o uso de água para irrigação é muito maior: 71% de toda água doce disponível, contra 42% dos países de clima temperado”. Ou seja, a agricultura, especialmente na região semiárida, funciona baseada na irrigação.

Segundo a ONU (2017)⁹, somos 7,8 bilhões de pessoas no mundo, tais assuntos, emergentes com a crise dos sistemas agroalimentares, preocupam representantes internacionais acerca da disponibilidade de recursos naturais disponíveis para abastecer nossas necessidades.

Ao mesmo tempo que cresce a expressividade da agricultura familiar no abastecimento dos alimentos de mesa das famílias brasileiras, também é crescente a busca por alimentos mais saudáveis, estimulando consumidoras/es e agricultoras/es na transição de suas propriedades agrícolas e dos seus costumes alimentares.

⁸ Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>> Acesso em: 23 jun. 2021.

⁹ Disponível em: <<https://news.un.org/pt/tags/populacao-mundial>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) (2019), entre 2010 e 2018 o número de unidades de produção de alimentos orgânicos cresceu 300%. Segundo dados do CNPO (Comissão Nacional de Produtores Orgânicos) (03/2021),¹⁰ são atualmente 24.608 unidades orgânicas registradas. Entretanto, dados do IBGE (2007), indicaram que foram 90 mil produtores que se autodeclaram orgânicos, o que demonstra que são muitos os desafios para que as famílias produtoras de alimentos orgânicos alcancem tal registro: necessidade de internet, conhecimento de programas de computadores, alfabetização, documentos exigidos e assistência técnica disponível são alguns desses gargalos.

Obviamente, são inúmeros os desafios que é preciso granjear para garantir um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental equânime para os sistemas agroalimentares no Brasil, que, como já visto, são mediados por conflitos fundiários, alto grau de uso de agrotóxico e a emergente desigualdade social.

Reorientar a economia em direção a um modelo justo e sustentável é uma tarefa urgente. As perspectivas convencionais não são capazes de fazê-lo porque o conjunto de instrumentos e teorias que as forjam, baseadas em apenas alguns indicadores econômicos, não dão conta daquilo que realmente sustenta a vida humana. (HERRERO, 2020, p. 17).

O Brasil é um país que apresenta o total de 851,487 milhões de hectares no território nacional, desses, 5.073.324 estabelecimentos agropecuários ocupam 351.289.816 milhões de hectares, o que representa 41% do total, segundo o levantamento do Censo Agropecuário (2017)¹¹ e do IBGE (2018). As unidades de conservação somam atualmente 117.639 milhões de hectares e as terras indígenas somam 151,895 milhões de hectares. Assim, gerenciar esses vastos agroecossistemas de forma sustentável é dever do estado e direito dos povos.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.agroecologia.gov.br/noticia/em-7-anos-triplica-o-n%C3%BAmero-de-produtores-org%C3%A2nicos-cadastrados-no-minist%C3%A9rio-da-agricultura>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

¹¹ Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecu%C3%A1rios-cai-8-8.html>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

Lamentavelmente, em plena pandemia da COVID-19, com milhões de brasileiros mortos, na reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020, e tornada pública pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, contrariando o que esperamos acerca da sustentabilidade das áreas conservadas e da garantia dos direitos dos povos tradicionais, disse:

Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo regramento (ambiental), e simplificando normas.

É muito difuso atualmente o conceito de sustentabilidade e os acordos internacionais que são feitos, pois o que se percebe é que as palavras que nos remetem à natureza, tais como eco, verde, natural, sustentável, etc., são utilizadas de forma incompleta ou equivocada para a nomenclatura de produtos que não necessariamente estão fundamentados na prática da sustentabilidade.

Florestan Fernandes (1981), considerando a importância do modo como nomeamos as coisas, afirmou que:

Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas.¹²

¹² Disponível em: <<https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/07/o-que-e-revolucao.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Primavesi, por sua vez, explicita o que é “sustentável” e “ecológico”, afastando esses conceitos da ideia de agricultura convencional:

Sustentável é a estabilidade do ecossistema que permite a sua utilização permanente e contínua, mantendo solos e rios bem como a saúde vegetal, animal e humana. Por outro lado, “sustentado” ou autossustentado é a “low input agriculture”, ou seja, a agricultura orgânica familiar. Nem tudo que é orgânico necessita ser ecológico, até pode ser anti ecológico e, portanto, não é sustentável. Ecológico é o trabalho dentro das interligações e relatividades da natureza. Modificando-se um fator, todo sistema se modifica. A agricultura convencional modifica todos os equilíbrios provocando a decadência dos solos, a diminuição da água potável e provoca pragas e doenças nas culturas. Ela polui o solo, os cursos d’água até, inclusive, o mar, que está morrendo. (PRIMAVESI, 2019).¹³

Veja o exemplo da economia verde, presente nos acordos internacionais da Rio +20, a qual nos coloca diante da financeirização da natureza ao atribuir ao ar, através do REDD + (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), um valor. Desse modo, empresas transnacionais pagam por sua emissão de dióxido de carbono excedente através de créditos de carbono que são compensados em áreas protegidas brasileiras, entre elas as protegidas pelos povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

A violência contra a natureza, que parece intrínseca ao modelo de desenvolvimento dominante, também está associada à violência contra as mulheres que dependem da natureza para obter sustento para si, para suas famílias e comunidades. Essa violência contra a natureza e as mulheres é moldada na própria percepção dessa, e constitui a base do paradigma desenvolvimentista atual. (SHIVA, 1988, p. xiv, tradução nossa).

Na publicação *Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas dos corpos e territórios (2020)*, as Semprevivas consideram que “para as feministas o capitalismo não tem eco”. Essa frase resume a posição da Marcha Mundial das Mulheres de se contrapor às falsas soluções maquiadas de lilás, como as centradas em garantir o acesso das mulheres

¹³ Disponível em <<https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/19/agricultura-su>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

aos chamados benefícios das negociações sobre REDD+. Ao envolver o manejo sustentável, como a agrofloresta, essas negociações introduzem as florestas no circuito de financeirização do capital.

Para começar, a vida se sustenta na natureza. É ela que provê os alimentos, plantas, animais e água, a energia e os minerais utilizados em uma série de aparatos e utensílios que necessitamos para viver. Para a natureza retornam os resíduos da nossa produção de alimentos e aparatos. E, se tudo ocorre a seu tempo, esses resíduos transformados voltam a nos prover alimento e energia. (MORENO, NOBRE, 2020, p. 34).

Com isso, para enfrentar os desafios impostos por um modo de vida que gera a fome e impede a acessibilidade das pessoas aos alimentos agroecológicos e saudáveis para os humanos e para o meio ambiente, é necessário passar por lutas dos movimentos sociais pelos direitos humanos.

Essas análises podem ser feitas com base na economia feminista, a partir do papel que as mulheres cumprem na sociedade. Faria (2011), por exemplo, alerta para como o sistema capitalista, baseando-se na mercantilização e privatização, é incapaz de garantir os cuidados necessários à vida, o que se expressa também na exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Os apontamentos da economia feminista se baseiam nas contradições do sistema capitalista, principalmente em relação ao modelo de desenvolvimento imposto à sociedade.

Ambas as visões, da economia feminista e a economia ecológica, valorizam elementos, processos e sujeitos que foram considerados inferiores pelo pensamento hegemônico e que, sendo absolutamente cruciais para a existência humana, foram invisibilizados. A reprodução da vida, portanto, torna-se a questão central e organizadora das relações humano/humano e humano/natureza diferente da lógica em que o lucro organiza e explora a sociedade e os bens comuns. (HERRERO, 2020, p. 17).

Para Moreno e Nobre (2020), politizar os corpos como territórios a serem defendidos é enfrentar a lógica dicotômica do pensamento ocidental, androcêntrico e branco, que separa mente e corpo. Superar essa dualidade passa pela afirmação de que somos inteiras, com emoções, razões, carne e osso, sem fragmentar nossa existência. Somos resultados da coevolução

entre práticas históricas de muitas gerações e povos, da natureza e de territórios concretos.

A agroecologia, portanto, ao garantir a inclusão da questão de gênero em seu debate, nos obriga a ir além das análises econômicas androcêntricas, compreendendo o patriarcado e o *modus operandi* da sociedade.

No levantamento da descrição dos estabelecimentos agropecuários brasileiros acerca de gênero, por exemplo, os dados apontaram que, dos estabelecimentos agropecuários, 4.110.450 milhões dos estabelecimentos estão em nome dos homens e 946.075 estão em nome das mulheres, ou seja, 81% em relação a 18,64%, segundo dados do IBGE (2017)¹⁴.

Embora essas mulheres estejam invisibilizadas, são elas quem, através do seu trabalho, garantem o funcionamento da casa e a alimentação da família, assim como cita Teixeira e Faria (2018). Segundo as autoras, o termo “cuidado” implica a produção do bem-estar de uma ou mais pessoas, de acordo com suas necessidades, sendo esse um trabalho remunerado ou não. Esse ato pode ser visto em duas dimensões: nas atividades concretas, isto é, no trabalho de lavar, cozinhar, limpar a casa, arrumar as crianças para irem à escola, dar banho, etc.; e também numa dimensão subjetiva, quando o cuidar significa estabelecer vínculos afetivos, assegurar a proteção, oferecer carinho e compreensão, etc.

As mulheres, portanto, tendem a garantir seus trabalhos e cuidados na direção dos aspectos qualitativos e na manutenção dos recursos existentes, inclusive pelo cuidado com a saúde da sua família e pela conservação dos recursos que são inerentes a sua condição de existência.

São as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. Ao contrário do que se possa afirmar o senso comum, este maior engajamento das mulheres nos processos de conservação ambiental não se dá por uma suposta essência

¹⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/0>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

maternal e cuidadora, e sim por uma construção social. (SILIPRANDI, 2015, p. 27).

Da mesma forma que nos trabalhos do cuidado, no trabalho da produção de alimentos percebe-se que as mulheres apresentam lógicas solidárias entre elas. Maria Emília Pacheco (2005) afirma que a distribuição do produto do trabalho tende a ser mais igualitária nos sistemas de produção em que a mulher participa das decisões de planejamento e da forma de dispor os produtos (argumento da equidade). Além disso, existem evidências de que, quando se expande o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolvem, suas opções estratégicas aumentam, o que cria condições para que elas tenham maior autonomia e poder de decisão.

Assim, aqui é compreendido que as questões de gênero precisam da lente da economia feminista para a compreensão de alguns aspectos da estrutura social.

Além disso, o estudo aborda como, em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, aparece a questão de raça no contexto da produção de alimentos, colocando em destaque o papel central das mulheres agricultoras quilombolas, que cuidam da natureza ao mesmo tempo que realizam seu trabalho, produzindo alimentos agroecológicos e apresentando formas de garantir a acessibilidade desses alimentos através de relações não capitalistas ou de comercialização solidária em suas comunidades tradicionais.

Sei que será muito difícil para quem ler essas palavras imaginar que por trás delas está uma mulher negra acadêmica. Essa dificuldade é resultado de um processo de constituição de uma imagem ideal do que se refere à categoria mulher. A famosa frase de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher: torna-se mulher" tem como fundamento central uma ideia preconizada pelo feminismo europeu do que é ser mulher. Tais processos, quando construídos pelas feministas brancas não tiveram um olhar sobre as mulheres não brancas, com histórico colonialista e escravocrata, residentes no sul global e pertencentes a categorias que a igreja, a política e a ciência determinaram como sub-humanizada. (MOTTA, 2021, p.4).

É sabido que, dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, 2.297.013 milhões estão sob o domínio de pessoas da cor ou raça branca, 423.408 da cor ou raça preta e 56.447 são indígenas, segundo dados do IBGE (2017).

Por isso, é necessário debater agroecologia considerando a ancestralidade da prática agrícola, iniciando pelo período colonial escravista, em que negras/os e indígenas perderam seus direitos e terras, e, por isso, até os dias atuais, lutam por seus territórios, corpos e direitos.

A chamada “Revolução verde”, que se inicia na década de 1960 marca a mecanização da agricultura, vertendo tanques de guerra. Milhares de metros cúbicos de pólvoras açotadas em máquinas agrícolas são revertidos em pesticidas e herbicidas, e os modos tradicionais de muitos povos de fazer agricultura são ameaçados. Por isso, revisitar os processos históricos é irremediável, assim como debater sobre os processos coloniais e a forma como se deram, no caso, no Brasil.

Ao adotar um paradigma de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e não, e levando em conta a agência individual e coletiva das mulheres negras, inerente a tais opressões, o pensamento feminista negro reconceitua as relações sociais de dominação e resistência. Em segundo lugar, o pensamento feminista negro aborda debates epistemológicos em curso sobre a dinâmica de poder subjacente ao que conta como conhecimento. Proporcionar às afro-americanas novos conhecimentos sobre nossas próprias experiências pode ser empoderador. Mas ativar epistemologias que põem em questão o conhecimento vigente e nos permitem definir nossas realidades *em nossos próprios termos* tem implicações muito maiores. (COLLINS, 2019, p. 432).

Portanto, é imprescindível refletir sobre o processo de exploração colonial brasileiro, o racismo, o machismo e a escolha de sistemas de produção de alimentos para que possamos avançar em direção à soberania alimentar nesse país. No Brasil, a pobreza atinge, sobretudo, a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, ou, em números absolutos, 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, segundo dados do IBGE (2021).

A pesquisadora Vivian Motta, professora do Instituto Federal de São Paulo e Coordenadora do GT “Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA” publicou, esse ano, um artigo com as questões acerca desse tema: a construção de uma agroecologia feminista e antirracista. Segundo Motta (2021), as pesquisas vinculadas à agroecologia e ao feminismo são construídas principalmente por mulheres brancas, com os olhos voltados para um feminismo que reconhece a existência do racismo, mas o considera uma desigualdade “menor”. Estatísticas demonstram como o racismo fere a existência de maior parte das mulheres brasileiras: **a)** Segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA (2013), em 2009, 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras; mulheres negras recebiam 51,1% do rendimento das mulheres brancas; de cada cem mulheres negras chefes de família, onze estavam desempregadas, e entre brancas este número era apenas sete; **b)** No Brasil, há um contingente de 53.566.935 mulheres negras, dentre uma população residente estimada em 201,5 milhões de pessoas. As mulheres negras são urbanas, rurais, lésbicas, transexuais, jovens, idosas, deficientes, com muita ou pouca escolaridade e, em sua maioria, com pouca renda; **c)** O mapa da violência de 2015 demonstra que, no período de 2003 – 2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras, com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil – com prevalência entre 18 e 30 anos de idade, e maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente e menor participação de arma de fogo.

Com base nas estatísticas demonstradas acima, como podemos considerar os impactos das desigualdades raciais, menores que as desigualdades de classe e gênero? Como garantir a vida das mulheres não brancas sem o combate ao racismo? Qual o papel das mulheres brancas nesse debate?

A partir do questionamento das violências sofridas, é possível o início de um processo de desnaturalização dessas violências e a minimização do impacto negativo dessa situação em suas vidas. O encontro das perspectivas agroecológica e feminista pode impulsionar a mulher a compreender que alguns impedimentos

vivenciados por ela, como por exemplo, o de ir para uma reunião, é causado pelo patriarcado. Após conflitos internos e externos, muitas mulheres apoiadas pelo coletivo de mulheres encontram o apoio para questionar o patriarcado. A partir daí algumas conseguem ir de encontro ao seu empoderamento, alterando situações de opressões vivenciadas até então. Entretanto, esse processo não é automático e pode ser perdido, caso não seja exercitado. Assim, é necessário que essas mulheres continuem vivenciando processos emancipatórios, tanto na perspectiva agroecológica, quanto na perspectiva feminista. Para isso é necessário um esforço coletivo de todos envolvidos em Extensão, Ensino e Pesquisa no sentido de abrir espaço para que as mulheres atuem enquanto sujeitos de suas vidas, através da junção das perspectivas feminista e agroecológica (FERREIRA, MOREIRA, SILIPRANDI, 2020, p.4).

A pesquisadora Mariléia de Almeida (2018) relata que, em 2003, a partir do primeiro governo Lula, houve avanços no que tange às políticas públicas, mas os processos de morosidade e burocratização jurídica se agigantaram. Sobre as políticas públicas e a criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), ocorrido em 2004, entre os seis objetivos propostos pelo PBQ, dois estavam relacionados às mudanças de posturas internas das próprias comunidades. São eles: a promoção da agroecologia e a promoção da política de gênero. No curso de assalto de direitos, após o golpe parlamentar, uma das primeiras medidas do governo Temer foi o fim do PBQ. A partir de 2019, com a chegada à presidência da república do Presidente Jair Messias Bolsonaro, pelo PSL, a insegurança em relação ao direito territorial quilombola alcançou níveis inimagináveis. No dia 03 de abril de 2017, em fala pública realizada no clube Hebraica, situado na cidade do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, que na época era deputado federal pelo PSC-RJ, fez a seguinte declaração:

Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de um bilhão de reais por ano gasto com eles... Se eu chegar lá (presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou quilombola.

Assim, dentre as inúmeras práticas contemporâneas que denunciam os efeitos da *governabilidade racista*, destaco as ações do Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades

Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que, desde 2016, tem promovido uma série de oficinas nas comunidades quilombolas. O objetivo dessas ações consiste em desnaturalizar as violências que incidem sobre os territórios e corpos quilombolas, baseadas nas hierarquias de classe, raça e gênero, bem como fortalecer os vínculos entre as pessoas e os territórios onde vivem (ALMEIDA, 2018).

Ganharam especial relevância os movimentos de mulheres agricultoras do terceiro mundo – camponesas e indígenas – envolvidas em conflitos pelo acesso aos recursos produtivos ameaçados pelo avanço de grandes empresas agroalimentares, especialmente de sementes, e em lutas por soberania alimentar; assim como os movimentos contra a mercantilização do corpo da mulher em suas várias acepções, levantando questões como o estereótipo mulher-objeto cotidianamente veiculado pelos meios de comunicação, até o recrudescimento da violência de gênero, o tráfico de mulheres e a prostituição internacional (SILIPRANDI, 2015, p.66).

As práticas agrícolas centenárias, praticadas pelos povos tradicionais, ainda nos dias atuais, demonstram não apenas a conservação da natureza, mas a conservação dos seus saberes e sua resistência diante de um sistema que quer aniquilá-los. Os povos, ao invés de se extinguirem, se fortalecem, participando cada vez mais publicamente dos espaços políticos, defendendo seus direitos, territórios e tradições, como vemos no número expressivo de candidatas pretas e indígenas nas últimas eleições, em 2020.

Por esto el cálculo patriarcal no las toma en consideración. Sin embargo, a la vez también es la matriz a partir de la cual es posible realizar un cálculo alternativo de la productividad y las habilidades específicas que respeten la diversidad en lugar de destruirla. (MIES, SHIVA, 2008, p. 14).

Portanto, trazer à luz as experiências de mulheres quilombolas que praticam a agroecologia nos faz compreender os desafios que perpassam a relação entre uma simplicidade biodiversa, que caracteriza seu modo de fazer agricultura, e a complexidade das esferas públicas, a qual os sistemas agroalimentares terão que superar para que as pessoas possam ter, “*no ato de comer*”, uma escolha política.

Agroecologia é um sistema, formado por outros sistemas que possuem entre si uma relação interseccional. Cultura, justiça religião, ciência, política, economia, meio ambiente, relações sociais

(inserindo as afetividades), são alguns dos sistemas que compõem a agroecologia, em um processo sistêmico, não harmônico, hierárquico e conflituoso. A grande utopia da agroecologia é a busca da harmonia e da não hierarquização em todas as intersecções que a compõem. Tais desarmonias são ocasionadas pela permanência das opressões e desigualdades (raça, classe, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, dentre outras) perpetuando a violência dentro do espaço agroecológico. A inserção de princípios como o Bem Viver, Antirracismo, Feminismos, reparação e ressignificação histórica, luta contra a LGBTfobia são estratégias contra hegemônicas, decoloniais que buscam a plena harmonia e desmontam os processos, opressões e violência de concentração de poder. É só a partir de tais caminhos que a utopia agroecologia se materializará como realidade cotidiana na vida de todas, todos e todes. (MOTTA, 2021, p.3).

Mariléia de Almeida (2014) cita o trabalho pioneiro da pesquisadora Gusmão (1990) sobre a comunidade de Campinho de Parati, localizada no Sul do Estado do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, Gusmão apontou a importância do feminino na construção identitária do grupo, ressaltando que, no grupo estudado, o direito a terra estava intrinsecamente relacionado à noção de parentesco, com destaque à linhagem materna. Assim, a terra não era vista como um espaço que pudesse ser transformado em mercadoria, mas como um território concernente à ancestralidade.

Longe de serem comunidades isoladas, os quilombos viviam em uma complexa rede de comunicações com a sociedade escravista, que lhes fornecia bens materiais e informações sobre as entradas. Mantinham contatos permanentes com os escravos nas fazendas. Chegaram, em alguns casos, a trabalhar para fazendeiros em precisão de braços. Trocavam ou vendiam produtos de suas roças (fumo e algodão) à população livre. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 459)

Siliprandi (2015), afirma que, em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia, encontram-se referências às desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, o que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e o que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais.

Ser mulher quilombola é denunciar para a sociedade as situações de violência sofridas pelas meninas, adolescentes e jovens quilombolas devido à imbricação perversa entre o racismo, o machismo e a lógica patriarcal que permanecem incrustados nas relações de poder, sociais, de trabalho e privadas. A capacidade de trabalhar coletivamente, tomar posições e decisões firmes faz parte da trajetória social e política dessas mulheres. Elas sabem que a emancipação social é um projeto de mudança de sociedade e de país que se constrói por meio de lutas coletivas. (DEALDINA, 2021, p. 11).

O trabalho proposto abrange o território do Vale do Ribeira, extremo sul do estado de São Paulo e região que contempla a maior parte de Mata Atlântica preservada. Sabe-se que o bioma de Mata Atlântica é considerado um dos biomas de maior biodiversidade do planeta. Dados do INPE de 2019 mostram que, atualmente, nos restam do bioma de Mata Atlântica 16,2 milhões de hectares de florestas nativas preservadas acima de 3ha, o equivalente a 12,4% da área original do bioma. Dessa maneira, sistemas sustentáveis agrícolas são essenciais.

O bioma Mata Atlântica apresenta uma das florestas de maior biodiversidade do planeta, com ampla capacidade hídrica, absorvendo sete das nove maiores bacias hidrográficas no Brasil por representar uma área de cerca de 15% do total do território brasileiro. Ela é, portanto, considerada a “casa” da maioria dos brasileiros, pois seu território abrange 72% da população, considerando os maiores centros urbanos do continente sul americano, nos 17 Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe), segundo dados do INPE, 2019.¹⁵.

Em uma publicação realizada pelo GT Mulheres da ANA, *Sem feminismo não há agroecologia* (2018), as mulheres feministas agroecológicas trilham um caminho coletivo na forma de pensar a agricultura com base em relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e

¹⁵ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5115> . Acesso em: 28 jun. 2021.

entre essas e o meio ambiente. Também a respeito do bioma Mata Atlântica, aponta-se que:

As mulheres das comunidades tradicionais e agricultoras têm uma história de resistência na defesa de seus territórios. Ainda assim, vivências de violência são comuns. O território cortado pela BR 116 empurra mulheres e meninas para a prostituição. Na pesca artesanal, o trabalho das mulheres na coleta e processamento é desconsiderado nas políticas de apoio à pesca, como o seguro-defeso. Em muitas organizações reconhecidas por sua contribuição à agrofloresta, poucas mulheres são protagonistas dos espaços de fala e decisão. Mas, cada vez mais impossível de não serem vistas, as mulheres são protagonistas no cultivo e criação diversos, guardam sementes, plantas e sabores quase esquecidos, fazem experimentações, muitas delas coletivas, ainda que em pequenos grupos, nas aldeias, quilombos, assentamentos, bairros rurais e hortas urbanas¹⁶.

Contudo, realizar estudos na área de agroecologia galgados em sustentabilidade, gênero e raça, requer uma sensibilidade nas escolhas metodológicas e nos referenciais teóricos. Esses devem dar conta do que se perdeu na história e daquilo que ainda se encontra invisibilizado pela estrutura hierárquica patriarcal de nossa sociedade.

Hoje temos fortes indicadores do que queremos da agroecologia, aqui no Brasil nossos lemas: “Sem feminismo não há agroecologia”, “Se tem racismo não tem agroecologia”, “e tem LGBTQfobia não tem Agroecologia”, indicam que vencer as desigualdades e opressões sociais impostas pelo sistema capitalista é para o movimento agroecológico, especialmente para as mulheres, fato crucial para existir agroecologia. Visibilizando processos violentos que antes eram normalizados também dentro do campo agroecológico, as mulheres vem complexificando o entendimento do que é agroecologia e deslocando autores que antes eram considerados centrais para um momento histórico já ultrapassado (MOTTA, 2021, p. 3).

Faria, Moreno e Nobre (2020) afirmam que a natureza e o trabalho do cuidado sustentam a vida, e o desafio não é apenas visibilizar esses trabalhos ocultos, mas garantir que suas lógicas e valores orientem o conjunto do funcionamento econômico.]

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem na condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na

¹⁶ Disponível em: <<https://ctazm.org.br/bibliotecas/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-297.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas, avançam como já foi colocado, para o questionamento sobre as multinacionais do setor, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral (SILIPRANDI, 2012, p.155).

O documento oficial da Cúpula da Alimentação de 1996 menciona, no décimo terceiro parágrafo (de um total de 35), a necessidade de melhorar o acesso aos recursos produtivos (alimentos, terra, água, crédito e tecnologia) a “homens e mulheres” e reconhece como um desafio “a garantia da igualdade de gênero e o pleno exercício dos direitos das mulheres”. Aborda, ainda, a necessidade de se adotarem medidas para garantir a valorização do trabalho da mulher, com o objetivo de aumentar sua segurança econômica e seu acesso, além do controle sobre os bens e serviços disponíveis na sociedade (SILIPRANDI, 2003, apud SILIPRANDI, 2015, p. 64).

Por isso, esse estudo foi elaborado com o intuito de trazer as evidências práticas – técnicas – científicas do trabalho produtivo integrado aos cuidados da natureza das mulheres quilombolas no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca/SP. Ele se deu a partir da investigação das experiências das mulheres quilombolas no cultivo de alimentos agroecológicos em seus sistemas agroalimentares, no Vale do Ribeira, de forma participativa.

À luz da construção do conhecimento agroecológico enquanto ciência-prática-movimento, gênero e raça são categorias fundamentais para elucidar experiências que constroem a agroecologia feminista. Importa-nos, em suma, dar visibilidade ao papel das mulheres no centro, enquanto sujeitas políticas, pois praticam sua agricultura há centenas de anos a partir do seu modo de vida, em harmonia e cuidado permanentes com a natureza e em busca de sua autonomia financeira, de seus corpos e do seu território.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é dar visibilidade ao trabalho das mulheres quilombolas do grupo “As Perobas”, do município da Barra do Turvo/SP, em sua agricultura agroecológica local, realizando uma análise do trabalho produtivo agrícola das mulheres, integrada às análises técnicas, à observação do seu modo de vida e, de modo organizacional, garantir seus espaços de fala, para a construção da sua autonomia financeira e política na agroecologia.

2.2. Objetivos específicos:

- 1) Realizar um levantamento de informações, acerca da forma que ocorreu a ocupação do seu território, a partir da escuta das mulheres quilombolas, identificando seus traços de ancestralidade local;
- 2) Realizar o levantamento das práticas agroecológicas nos quatro agroecossistemas que são manejados pelas mulheres de forma sistêmica;
- 3) Identificar as formas de organização social, construção de mercados e produção de alimentos agroecológicos do grupo de mulheres de forma integrada ao seu trabalho produtivo, na concepção dessas mulheres, enquanto sujeitas políticas na construção de uma agroecologia feminista.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura baseou-se em três temas “guarda-chuva” que me levaram ao problema da pesquisa: dar visibilidade ao papel das mulheres agricultoras quilombolas na produção de alimentos agroecológicos, integrada aos cuidados com a natureza. A primeira, a agroecologia feminista, o que demandou o esforço de elencar referências bibliográficas escritas por mulheres que contribuem de forma ativa em suas publicações; a segunda, as práticas agroecológicas; e, a terceira, as mulheres negras quilombolas, que resistem em um território que possui o menor IDH do estado mais rico do Brasil, embora alimentos agroecológicos não faltem em suas casas.

A agroecologia feminista vem sendo estruturada a partir das lutas das mulheres, que, primeiramente, têm a agroecologia enquanto ciência prática e movimento, e, segundo, partem da base da economia feminista e do ecofeminismo para que as mulheres se encontrem enquanto sujeitos no centro dessa discussão, por serem elas as responsáveis pela manutenção do bem viver na qualidade da vida humana, vegetal e animal.

O feminismo foi o caminho estratégico escolhido pelas mulheres da agroecologia para materializar o discurso, as ações, as transformações e a disputa por um entendimento muito mais amplo e complexo do que é a agroecologia. Frente a essa transformação, fica a pergunta: Que feminismo serve para a agroecologia? Que mulheres são invisibilizadas por esse feminismo sem “S”. (MOTTA, 2021, p.3).

Emma Siliprandi (2015), em sua ilustre obra *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*, fruto do seu doutorado, e em outras publicações nas quais se dedica a dar visibilidade às mulheres na agroecologia, nos guiará acerca dos conceitos de sustentabilidade e agroecossistemas, dois pilares centrais para essa pesquisa.

A distribuição do produto do trabalho tendia a ser mais igualitária nos sistemas de produção em que a mulher participava das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos (argumento da equidade), e que existiam evidências de que, quando se expandia o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolviam, aumentavam suas opções estratégicas, criando-se condições para que elas tivessem maior autonomia e poder de decisão (argumento do empoderamento baseado nas condições materiais). (PACHECO, 2005, p. 4).

Ademais, as contribuições fundamentadas na economia feminista e na soberania alimentar serão subsidiadas pelas contribuições das pesquisadoras e militantes Miriam Nobre e Renata Moreno, da Sempreviva Organização Feminista (SOF), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), além de publicações de organizações parcerias, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que nos auxiliarão na análise da economia verde e de outras formas de expressão do capitalismo e do patriarcado, ainda que esses pontos sejam abordados de forma superficial no presente estudo.

A antropóloga Maria Emília Pacheco, uma das fundadoras da Articulação Nacional de Agroecologia, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e hoje assessora e pesquisadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), dará embasamento teórico e científico para a perspectiva das mulheres enquanto sujeitos políticos, junto às demais referências citadas.

Portanto, é inegável que um conjunto importante de reivindicações dos movimentos de mulheres começou a ser atendido nos últimos anos no Brasil, na forma de programas e ações governamentais voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero. Isso se deveu à existência de setores governamentais sensíveis a essas questões. Em 2003, no início do governo Lula, criou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, responsável pela realização de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (em 2004 e 2007). Dessas conferências, resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II. Esses eventos contaram com significativa participação das mulheres trabalhadoras rurais, que exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e como moradoras do meio rural, enfocando problemas tais como o acesso à documentação civil, à terra, ao crédito, à assistência técnica, à organização produtiva. As mulheres trouxeram ainda para as conferências suas preocupações com relação às questões ambientais, com a falta de infraestrutura no meio rural e com o enfrentamento da violência contra a mulher. (SILIPRANDI, 2015, p. 130).

A extensionista e pesquisadora Telles (2018), em seu estudo feito no mestrado, traz dados que explicitam os esforços das mulheres na construção da agroecologia feminista e propõe metodologias apropriadas para mensurar o valor econômico do trabalho das mulheres. Uma dessas

metodologias se insere na investigação no projeto *Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*, este documento faz parte do Projeto Cadernetas Agroecológicas (PCA). Tal projeto, de âmbito nacional, é executado pelo GT Mulheres da ANA e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2016, período antecedente ao impeachment da presidenta Dilma Roussef. Esse é um dado importante, uma vez que, desde 2013, as organizações que compõem o GT Mulheres da ANA vinham dialogando com diferentes setores do governo federal para a construção de uma política de fomento aos quintais produtivos das mulheres no Brasil.

Acerca dos quintais produtivos, agroecossistema considerado exclusivo das mulheres, este trabalho se baseia na pesquisa de Irene Cardoso, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) de 2014 a 2017 e professora do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa. A pesquisadora vem se dedicando às contribuições técnicas-agronômicas na construção da agroecologia feminista através de sua pesquisa científica e de seu ativismo.

Ao considerarmos as mulheres quilombolas enquanto sujeitas políticas, nos baseamos na obra de *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2020), de Grada Kilomba. Nesse livro, a autora situa que nosso entendimento do conceito de sujeito/objeto centra-se nos *objetos*, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa “história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são ‘*sujeitos*’”. (HOOKS, 1989, p. 42, apud, KILOMBA, 2020, p.28). Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização, pois quem escreve se opõe a posições coloniais, tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada.

A agroecologia da qual tratamos aqui, portanto, é imbricada aos conceitos da economia feminista, por ser essa a fundamentação necessária de análise tanto dos trabalhos produtivo quanto reprodutivo das mulheres. Siliprandi (2013) considera que há dois elementos principais a serem considerados: a divisão sexual do trabalho (separação do que é considerado o papel social dos homens e o papel social das mulheres); e a hierarquização decorrente dessa separação, em que o masculino ganha predominância. Temos então diferenças materiais, por um lado, e valores simbólicos, por outro. Essas condições serão cimentadas por uma “naturalização” ideológica do que é ser homem ou mulher nessas sociedades. É fácil entendermos esse conceito se pensarmos, por exemplo, na questão do trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que é um trabalho (e, portanto, exige tempo, dedicação, esforço físico e intelectual, planejamento, etc.) é uma atribuição geralmente relacionada com o “ser mulher”, que confere identidade às esposas/mães, que são valorizadas (e se autovalorizam) de acordo com os parâmetros de seu contexto sociocultural, pela forma como conseguem dar conta ou não dessas tarefas.

O ecofeminismo levantado aqui é importante por ter sua base nos movimentos feministas que incorporam, por sua vez, os anseios da construção de uma agroecologia feminista, que busca soluções ao machismo e à destruição da natureza por meio do protagonismo das mulheres nas práticas agroecológicas. Vandana Shiva é nosso referencial teórico para pensar as lutas das mulheres pelos seus territórios e o olhar das lutas feministas sobre o avanço da economia verde que se encontra a favor do capital internacional e em oposição à manutenção dos povos tradicionais e ao respeito dos corpos e territórios das mulheres.

As militantes do ecofeminismo defendiam “um olhar feminino sobre o mundo”, faziam críticas ao consumo predatório dos países do hemisfério sul, e ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do meio ambiente. Além disso, tratavam das relações entre saúde e degradação ambiental, defendiam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e denunciavam que as consequências da crise ambiental recaíam sobre aquelas mais pobres, sem poder ou voz ou de intervenção sobre o andamento dos processos, marginalizadas dos espaços de decisão. (SILIPRANDI, 2000, p. 62).

Os contrastes do sistema capitalista da produção de alimentos – agronegócio – são apontados por dados levantados em plataformas oficiais, os quais são coletados por Larissa Mies Bombardi, geógrafa, que vem se dedicando a desvelar os impactos desse sistema à saúde humana e ambiental.

Se a humanidade pretende sobreviver, a produção de alimentos deve seguir uma tecnologia apropriada para cada ecossistema e deve manejar ciclos e sistemas e não fatores ou frações de fatores isolados. Simplesmente porque tudo é integrado, relativo e interdependente. Agroecologia é o manejo consciente dos sistemas naturais a favor da produção de alimentos, com solos saudáveis e variedades adaptadas (PRIMAVESI, 2001, p.30).

A pesquisadora Ana Primavesi, sobretudo, nos guiará nas discussões acerca das práticas agroecológicas feitas pelas mulheres, e visibilizadas neste estudo a partir do foco técnico agrônomo. Devido a minha formação de agrônoma, creio que é fundamental acrescentar aos debates das demais feministas as contribuições a respeito do aspecto produtivo do trabalho das mulheres rurais, que ainda são invisibilizados ou contam com poucas publicações a respeito.

O conceito de “agroecossistema”, por sua vez, é compreendido a partir da elaboração feita por pesquisadoras mulheres que constroem a agroecologia feminista, interligando as faces teóricas e os levantamentos de dados feitos a partir de metodologias específicas para as mulheres.

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações, é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. (SILIPRANDI, 2015, p.88).

Para isso, consideramos a agroecologia como a ciência que nos leva aos caminhos de produção de alimentos saudáveis nas esferas da saúde humana e ambiental. A professora Ana Primavesi, engenheira agrônoma, foi uma das primeiras mulheres a considerar, neste ambiente machista, elementos agrônômicos técnicos e científicos acerca da produção de

alimentos que fossem conduzidos a partir do cuidado com a natureza. Para ela, caso isso não seja feito, a agricultura estará na iminência de um desastre irreversível à humanidade.

Os defensivos agrícolas são cada vez mais tóxicos para matar os insetos resistentes aos defensivos em uso. Trata-se de uma guerra cada vez mais desesperada na qual os insetos, aparentemente, irão vencer os homens. (PRIMAVESI,1997, apud, PRIMAVESI, 2003, p.2).

Ademais, a definição de sustentabilidade, dentre diversas/os pesquisadoras/es, seguirá o conceito que fundamentalmente garante que as questões políticas e agrônômicas sejam discutidas à luz das questões culturais, étnicas e de gênero.

A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade desses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e que proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que originaram e a sustentam. (SILIPRANDI, 2015, p.81).

Todavia, há um condicionamento específico que, se não fosse considerado, conduziria à ineficácia esse trabalho de mestrado: o recorte de raça. É necessário ressaltar que esse trabalho se concentra em um território quilombola, onde o saber ancestral das mulheres de lidar com a terra e fazer agricultura triunfa nos dias atuais, o que ressignifica seus modos de vida que ainda se mantêm em natureza preservada em pleno abismo do capitalismo.

Mesmo assim, algumas pesquisadoras, e poucos pesquisadores, voltaram seus olhares para a realidade das mulheres rurais, observando quão fundamental é a sua presença naquele espaço e relatando as violências enfrentadas pelas mesmas. Na década de 1990, a antropóloga Maria Emília Pacheco começou a produzir textos que mostravam a vida das mulheres rurais brasileiras destacando a invisibilidade do trabalho feminino que comumente e, ainda nos dias de hoje, é considerado como “ajuda”. Esse trabalho é, em grande parte, sobre a produção da alimentação familiar e geração de renda que, normalmente, é utilizada para o bem da família (quando não é apropriada pelo marido ou companheiro). A pesquisadora possui artigos na esfera da divisão sexual do trabalho e da submissão feminina no campo. (MOTTA, 2020, p.2).

Vivian Motta, negra professora do Instituto de Ciências, Educação e Tecnologia de São Paulo, agrônoma de formação e com doutorado na área de ciências sociais, é uma das referências para esse trabalho de dissertação. Consideramos que a pesquisadora é um marco na elaboração dessa revisão bibliográfica, pois incorpora nos seus textos a contribuição efetiva das mulheres feministas negras na construção da agroecologia feminista antirracista, enaltecendo os recortes de raça no conjunto da obra.

As pesquisas no universo da agroecologia pecam quando não desvelam aspectos de gênero e raça, pois, em muitos de nós, e de nossos conhecimentos, somos os corpos matáveis, somos sobreviventes diários da necropolítica! A agroecologia deve colaborar com a destruição dos estereótipos que criminalizam as pessoas e as fixam nos espaços de marginalidade, precisa ser um espaço de enunciação com sujeitos e “sujeitas” falantes, precisa enunciar os processos de invisibilidade, que dão a falsa sensação de ausência das (os) marginalizadas (os). (MOTTA, 2020, p. 47).

Nesse trilhar, o presente estudo, que compreende um olhar para a produção de alimentos a partir das práticas agroecológicas de mulheres quilombolas, conclui seu referencial teórico com o trabalho da pesquisadora e militante Mariléia Almeida, especialmente no seu projeto de doutorado *Território de afetos: práticas feministas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*, e no texto *Devir quilombola: antirracismo e feminismo comunitário nas práticas de mulheres quilombolas*.

A organização produtiva das agricultoras, que contém traços de solidariedade e de relações não capitalistas, é analisada com base na literatura que trata da economia feminista, já citada anteriormente. Assim, os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres são embasados na produção da militante e pesquisadora Nalu Faria, psicóloga, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF), membro da Rede Economia e Feminismo e da Coordenação Nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

No campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista

de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p. 6)¹⁷.

Portanto, considerar as narrativas que tratam de gênero e raça para a construção de uma agroecologia que se baseia nos conhecimentos dos povos tradicionais, os quais se sustentam, por sua vez, no cuidado com a natureza e na manutenção da vida no que concerne ao cultivo de alimentos, permite-nos ir além. Foi desse modo que realizamos essa pesquisa de cunho participativo com as mulheres do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca/SP.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Com uma área de cerca de 18 mil quilômetros quadrados, o Vale do Ribeira compreende 25 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Jujutiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. Segundo o Censo Demográfico de 2010, sua população é de 443.231 habitantes, sendo que quase 26% vivem em área rural. Do total de habitantes, 50,2% são homens e 49,8% são mulheres (IBGE, 2011).

No território do Vale do Ribeira há uma geografia conduzida pelo rio principal, conhecido pelas pessoas locais por “a Ribeira de Iguape”. As comunidades tradicionais que residem no território vivem em torno desse rio e seus meandros e apresentam uma relação de mútua cooperação entre seu uso e preservação. Portanto, a sobrevivência dessas comunidades está intimamente ligada ao cuidado com esse recurso hídrico que a Bacia da Ribeira de Iguape apresenta.

No caso desse estudo, cabe notar que, no município da Barra do Turvo, o Rio Turvo e o Rio Pardo estão intimamente ligados à vida das mulheres quilombolas do grupo “As Perobas”.

Por sua vez, o Vale do Ribeira é um território que apresenta a maior concentração de territórios quilombolas em relação às demais regiões do estado. De acordo com os dados estatísticos do Censo Agropecuário 2006 e IBGE 2009, o Vale do Ribeira abriga 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 24 comunidades Guarani e 66 comunidades quilombolas, bem como grandes fazendas e latifúndios (propriedades extensas com pouca ou nenhuma produtividade agrícola). É a maior porção contínua de Mata Atlântica do Brasil (1,7 milhões de hectares) e, apesar desta sociobiodiversidade, a região com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de São Paulo. (HILLENKAMP; NOBRE, 2018).

Dados do IBGE do Censo de 2018 mostram que o município da Barra do Turvo, onde esta pesquisa aconteceu, localiza-se a cerca de 320 quilômetros da capital do estado de São Paulo e a 146 quilômetros da cidade de Curitiba,

estado do Paraná. É um município que abrange uma área total de 1.007,3 km², apresentando o bioma completo de Mata Atlântica. Por conta disso, em 1969, foi constituído o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), uma das maiores reservas de Mata Atlântica do país.

O PEJ, posteriormente transformado, através da Lei 12.810/08, em Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), abrange uma área de 234 mil hectares, com cobertura vegetal de 86,5% da área total, sendo que a área de proteção integral, remanejada e ampliada, atinge 154.872,17ha. Essa área é subdividida em três Parques Estaduais: Caverna do Diabo, Rio Turvo e Lagamar. A área do uso sustentável do MOJAC, que contempla cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 12.665,06ha, quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 73.558,09ha, duas Reservas Extrativistas (Resex) com 2.790,46ha, totaliza, assim, 243.885,15ha de áreas protegidas (BIM, 2012).

Dados na plataforma da prefeitura do município da Barra do Turvo (2021) afirmam que 80% da área do município está localizada dentro do parque estadual, o que significa que 4.500 (63,17%) dos 7.124 moradores vivem em áreas teoricamente intocáveis.

Assim, o fato de que há um grupo de mulheres agricultoras agroecológicas quilombolas em áreas de preservação, no município que apresenta o menor IDH do território, compõem uma estratégia de abordagem para o estudo proposto. Sendo assim, esse conjunto de características socioambientais e políticas, presentes nas comunidades tradicionais organizadas, nos indicam caminhos a seguir em direção à soberania alimentar e à reestruturação dos sistemas produtivos que compõem o alimento de mesa dos brasileiros.

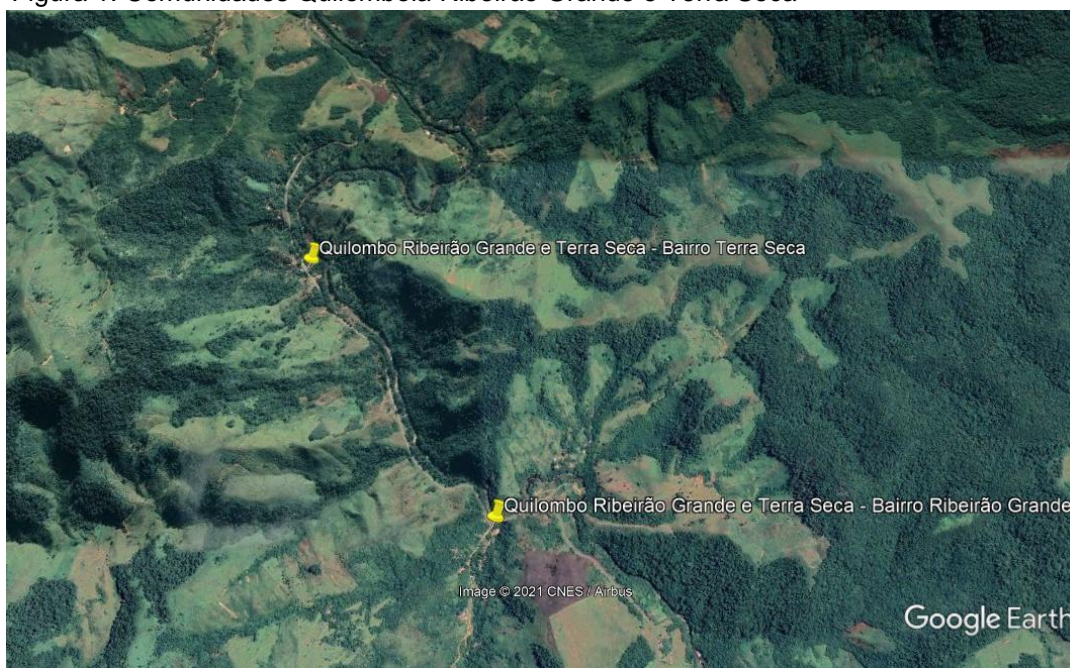
O quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, apresentado na Figura 4 abaixo, foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁸; Ribeirão Grande em 11 de setembro de 2006 e Terra Seca em 31 de outubro de 2006. Juntos eles abrigam 77 famílias. Segundo dados oficiais do Instituto

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4823>. Acesso em 23 março. 2021.

de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o quilombo foi constituído pelos dois bairros unificados, embora apresentem algumas características que os tornam independentes entre si, pelo grau de organicidade e fluxo migratório das/os moradoras/es, por exemplo.

Quanto à conservação das áreas de mata, a partir da Figura 1, encontram-se os pontos geográficos de localização dos dois bairros do Quilombo. Em relação às áreas do entorno, há uma cobertura vegetal preservada em relação às áreas com ocupação de pastagem. Também se observou que essa cobertura vegetal se mantém desde o resgate histórico das imagens satélites de 1989-2010 pelo *Google Earth*, durante essa pesquisa.

Figura 1. Comunidades Quilombola Ribeirão Grande e Terra Seca



Fonte: Google Earth/2021.

3.1. Caminhadas de pesquisa

Em outubro de 2013, durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, a Presidenta Dilma Rousseff apresentou publicamente o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (Planapo), fazendo uma referência explícita ao atendimento de uma reivindicação do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas 2011. Esse primeiro Plano para a Agroecologia no país previa recursos de 4,4 bilhões de dólares, a serem investidos em ações de financiamento, extensão rural,

pesquisa, comercialização e infraestrutura voltadas para a transição agroecológica. O Plano previa que em todas as chamadas públicas e as contratações a serem realizadas deveria haver uma cota de 50% de mulheres entre os titulares dos contratos e uma cota de 30% de recursos para atividades específicas indicadas pelas mulheres para os seus projetos (SILIPRANDI, 2009).

Em 2015, a SOF, inicia a realização de um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especificamente para as mulheres e baseado nos princípios da agroecologia. O projeto, denominado ATER Mulher Agroecologia, durou de 2015 a 2017. Esse trabalho abrangeu 14 municípios do território do Vale do Ribeira, entre eles o da Barra do Turvo, do qual fiz parte da equipe técnica durante todo o período. Nesse momento ocorreu meu primeiro contato com o município e as mulheres sujeitas desse objeto de estudo.

A partir desse projeto, algumas mulheres iniciaram um processo de organização social. Formou-se, em 2016, um grupo de mulheres chamado “As Perobas”, composto inicialmente por sete mulheres. Atualmente dez mulheres quilombolas participam do grupo, entre jovens e idosas.

Assim, a pesquisa foi realizada a partir do grupo de mulheres. A primeira base metodológica foi a pesquisa-ação, com técnica do grupo focal. Segundo Morgan (1997), do ponto de vista técnico, esse tipo de trabalho em grupo representa uma maneira de ouvir as pessoas e aprender com elas, criando linhas de comunicação focadas em um determinado tópico, razão pela qual a técnica denomina-se Grupo *Focal*. Segundo Morgan (1997), o moderador deve estimular a atenção do grupo para o foco, a fim de não ocorrerem distorções e perda dos objetivos em relação ao assunto em debate e evitando posições tendenciosas dos participantes.

As mulheres desse grupo apresentam um engajamento político em sua comunidade, participando da associação local, a Associação das Comunidades Remanescentes dos quilombos dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca, fundada em 06 de abril de 2005, da pastoral da terra, da Cooperativa de Agricultores Familiares (Cooperafloresta), da Rede Agroecológica das Mulheres Agricultoras (RAMA) e da organização

representativa nacional dos quilombos, a Coordenação Nacional dos Quilombos (COANQ), a qual é representada por uma liderança mulher quilombola, sendo, portanto um grupo politicamente ativo para o enfrentamento das ameaças ao território e pela garantia de seus direitos humanos.

Assim, a pesquisa foi feita de forma participativa, sob a metodologia qualitativa de coleta de dados, com base na observação participante. Segundo Leininger (1985), essa metodologia visa essencialmente documentar e reinterpretar a totalidade do que está sendo estudado em um contexto particular, sob o ponto de vista das pessoas envolvidas. Esse método abrange desde a identificação até o estudo (a análise objetiva e subjetiva dos dados), de modo a conhecer o mundo interno e externo das pessoas, através não apenas da ótica do pesquisador, mas, essencialmente, dos informantes enquanto coparticipantes das informações adquiridas e, portanto, coautores dos conhecimentos produzidos e universalizados.

Sob a perspectiva da construção da agroecologia feminista e da visibilidade do trabalho das mulheres na agricultura, o tempo de trabalho que as mulheres se dedicam em um dia para suas atividades é fundamental para a garantia desse objetivo. Assim, após a definição e caracterização dos agroecossistemas, foi possível observar como elas se organizam e quanto tempo destinam para esse trabalho em sua rotina.

Sabemos, portanto, que são imprescindíveis ferramentas metodológicas apropriadas para que as mulheres se sintam à vontade para a construção desses dados. Assim, após a definição de cada lugar manejado pelas agricultoras, foi colocado na representação quanto tempo cada agricultora destina à produção agrícola, formando um gráfico em que se pode perceber visivelmente sua presença e participação na produção tanto nos quintais produtivos, que são exclusivamente do manejo das mulheres, quanto nas áreas de cultivo de grãos, tubérculos e raízes, fundamentais para o sustento de suas famílias.

Além disso, foram utilizadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), a partir das considerações de Verdejo (2010), para a elaboração de um mapeamento dos acontecimentos históricos relatado pelas agricultoras, em forma de linha do tempo. Tal método foi elaborado de forma participativa no momento da observação participante, quando as mulheres consideraram adequado o modo em linha do tempo para analisar os fatos importantes e que impactaram seus modos de vida. Da mesma forma, essas ferramentas foram utilizadas ao longo das visitas guiadas pelas agricultoras aos agroecossistemas manejados por elas, para a elaboração dos croquis/desenhos de forma conjunta, nas quais as cores definem quais são os tipos de agroecossistemas, seus tamanhos e posições, sua importância e localização geográfica, respectivamente.

A respeito das análises técnico-agronômicas, foi apontado pela pesquisadora e pelas agricultoras, ao longo da visita guiada, a relevância do estudo e a possibilidade de se fazer uma análise de laboratório dos solos visitados.

As análises foram coletadas de forma composta com pedido de análise dos macro e micronutrientes sob o método do Instituto Agronômico de Campinas (IAC /Boletim 100). Para elucidar as discussões acerca da qualidade dos solos, foram retiradas as amostras de solo dos agroecossistemas visitados, realizada a 0-40cm, com cinco pontos de coleta sortidos aleatoriamente em cada agroecossistema. As análises foram feitas a partir das referências de Cardoso et al. (2013). Essas coletas ocorreram durante o trabalho de campo e em cada agroecossistema definido pelas agricultoras – roça de coivara, roça de carpida, agroflorestal e quintal produtivo –, e foram utilizadas como complementação ao que foi observado ao longo das visitas guiadas.

Para as análises da coleta das falas, na transcrição realizada após as visitas de campo, também foi utilizada a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1994), consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, possuindo duas funções que podem ou não se dissociar quando colocadas em prática.

A primeira diz respeito à função heurística, ou seja, a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta. A segunda se refere à administração da prova, em que hipóteses, na forma de questões ou de afirmações provisórias, servem de diretrizes, apelando para o método de análise de uma confirmação ou de uma informação.

O estudo foi realizado em três etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico sobre agroecologia, feminismo, ecofeminismo e comunidades tradicionais, além do levantamento de dados secundários em páginas oficiais para a pesquisa. A segunda, na realização de duas visitas de campo nos sítios de duas mulheres do grupo e dois encontros de compartilhamento do levantamento dos dados realizados com todas as integrantes do grupo – um *on-line*, dia 30 de outubro de 2020, antes da qualificação, devido à pandemia da COVID-19 e um presencial, realizada no dia 24 de maio de 2021, antes da defesa, quando as mulheres quilombolas já se encontravam vacinadas por estarem incluídas no grupo de prioridade. A terceira e última etapa tratou-se da escrita, reflexão e aprofundamento das análises deste estudo de mestrado.

As mulheres quilombolas, sujeitas dessa pesquisa, já haviam criticado a não devolução de pesquisas previamente feitas em sua comunidade. Desse modo, por esta pesquisa ser definida pelo método participativo, houve a prorrogação do prazo da defesa para garantir o máximo de tempo para que, na ocorrência da vacina contra a COVID-19, a partilha das informações pudesse ocorrer, preferencialmente, de forma presencial.

Os encontros presenciais com o grupo e as visitas às casas das duas mulheres foram gravados por um aplicativo de celular e transcritas para o acúmulo da pesquisa, não havendo roteiro de entrevistas. Os nomes das agricultoras foram omitidos e elas foram identificadas como agricultoras I e II, a fim de respeitar sua privacidade.

Em outubro de 2019, o encontro durou dois dias. Nessa primeira visita de campo, foi feita uma apresentação do estudo às mulheres, na qual foi explanado o significado do mestrado e o papel da universidade pública enquanto formadora de conhecimento. Algumas mulheres questionavam o

papel das pesquisas, pois algumas pesquisas realizadas nos seus territórios não retornavam à comunidade. Ainda nesse encontro, as visitas de campo foram programadas conforme o ciclo agrícola das culturas anuais das agricultoras, levantadas durante a reunião de apresentação do projeto de pesquisa participativa.

Para o levantamento de dados dos agroecossistemas, definiu-se realizar o levantamento de dados em duas unidades familiares, devido ao tempo limite do mestrado. A segunda ida a campo, para levantamento de dados dos agroecossistemas nas unidades familiares, foi realizada em março de 2020 e teve a duração de cinco dias.

A partilha dos dados foi feita de modo *on-line* devido à pandemia, cujo início oficial no Brasil se deu em 16 de março de 2020. Posteriormente, com a vacina contra o COVID-19 aos grupos prioritários, as mulheres quilombolas reforçaram a importância de realizar essa etapa presencialmente. A mesma ocorreu no dia 17 de maio de 2021, com o apoio da SOF. O encontro aconteceu na casa de uma das agricultoras das “Perobas”, seguindo os protocolos oficiais e fazendo uso de máscara. Lá foi entregue um material impresso em A3 da exposição que seria apresentada à banca da defesa, e de forma oral, junto à dissertação impressa, os pontos foram passados, havendo uma discussão e uma aprovação final do estudo realizado. Ao final da atividade, foi eleita como forma de retorno do estudo as fotografias e a dissertação impressa em duas vias, uma para “As Perobas” e outra para a Associação do Quilombo, além da apresentação impressa colorida em A3.

A terceira parte teve início em maio de 2020, com a qualificação realizada no dia 30 de outubro de 2020, a escrita do artigo e a finalização da dissertação. O estudo ocorreu sem apoio de agências de financiamento durante todo o processo.

Os critérios para a escolha das unidades familiares, onde ocorreram o levantamento de dados dos agroecossistemas, está apresentado na Figura 2 e foram definidos em busca da garantia de maiores números de variáveis possíveis: modo de cultivo de alimentos, faixa etária, diversidade étnica,

número de moradores, divisão social do trabalho existente em cada unidade familiar e tempo de pesquisa para a realização de campo e escrita.

Figura 2. Critérios de Seleção das Unidades Familiares do estudo dos Agroecossistemas

Critérios	Agricultora I	Agricultora II
Nº Pessoas na Casa	2	12
Nº Pessoas na Roça	2	8
Ancestralidade	Indígena Kaingang	Afrodescendente
Diversidade Etária em Casa	*F- 68 *M-78	F- 68, 4, 21, M- 18, 16, 6, 24, 32
Situação Civil	Casada (marido em casa)	Casada (marido preso)
Roça de Coivara	Usa para Roçado	Não usa mais
Agrofloresta	SIM	SIM
Cooperafloresta	Não mais	SIM

*M (sexo masculino) F (sexo feminino) –
idade

Fonte: Própria da autora, 2019.

Vale destacar que essa metodologia foi executada com êxito, mesmo com os impactos da pandemia, que inviabilizou as visitas presenciais. Como a relação com as mulheres já havia sido estabelecida durante o período de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), executada pela SOF, foi possível estabelecer um lugar fértil e de abertura para um desenvolvimento positivo da pesquisa.

A chegada do projeto de ATER para mulheres foi, portanto, uma novidade, introduzindo mudanças nas relações de gênero pelo seu reconhecimento como mulheres agricultoras. As mulheres foram encorajadas a formar grupos em seus bairros, considerados espaços de auto-organização, e a formular demandas e propostas específicas que refletissem sua situação local. (HILLEMKAMP, NOBRE, 2018, p. 182).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Ancestralidade, Agricultura e Território

Em 1988, quando foi criado na Constituição Federal o direito territorial dos chamados *remanescentes das comunidades de quilombos*. Falar sobre quilombos significava tratar dos heroicos atos de homens como Zumbi dos Palmares, Ganga Zumba, Manoel Congo. De todo modo, a promulgação do direito foi comemorada como uma vitória na luta antirracista, já que, de forma inédita, a legislação concedia o direito a setores da população negra. Entretanto, durante quase uma década após a criação do dispositivo jurídico, a aplicabilidade da lei ainda esbarrava na definição tradicional de quilombo, entendido como *lugar isolado onde os negros se refugiavam*. Acreditava-se, então, que existiam poucos grupos que poderiam reivindicar esse direito. (ALMEIDA, 2018).

Para introduzir este capítulo, utilizaremos o Relatório Técnico Científico (RTC) ¹⁹, por tratar-se de um dos documentos que as agricultoras reconhecem ao longo do seu processo de reconhecimento. O RTC foi elaborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), realizado em dezembro de 2006, e tendo sua versão corrigida em maio de 2007. O termo “quilombo” é empregado no contexto desse relatório com sentido mais abrangente e atualizado no campo das ciências humanas e sociais.

A partir de inúmeras reflexões e debates ocorridos no decorrer dos anos 1990, levou-se em consideração, sobretudo, o aspecto da diversidade das formas da organização social, dos estilos de vida, das alternativas criadas para a sobrevivência, das práticas culturais e simbólicas relacionadas aos diferentes tipos de agrupamento familiar – rural ou urbano – formado por pessoas africanas e seus descendentes que, no contexto histórico da sociedade brasileira, foram escravizadas.

Esta reflexão tem como base e está de acordo com o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, instituída pela Constituição Federal de 1988, que diz: “Aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos que

19 O RTC – Relatório Técnico Científico foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto n. 40.723, de 21 de março de 1996.

estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

O resumo parcial do laudo de autoria de antropólogos do MPF, apresentado no contexto de RTC's anteriores vinculados ao ITESP, para ampliar a compreensão da peculiaridade da ocupação da população negra no Vale do Ribeira, acrescenta:

1 - O vale do rio Ribeira de Iguape já era habitado por populações indígenas no período pré-colombiano, constituindo-se em área de passagem para aqueles que, no inverno, desciam do planalto em direção ao litoral em busca da pesca.

2 – As populações indígenas tiveram grande importância na dinâmica da formação dos contingentes populacionais do Vale e aparecem como importante referência nas narrativas sobre a origem das comunidades negras da região.

Dados levantados em campo revelam que, a partir dos critérios de escolha das mulheres, a ancestralidade indígena e afrodescendente se encontra presente: “Eu sou descendente de índio, meu pai era índio, minha mãe, era tudo kaygang que morava aí nos matos” (Agricultora quilombola).

Além disso, algumas mulheres questionaram denominações que não foram construídas coletivamente com as comunidades, referindo-se a duas denominações: quilombola e agroecologia. As agricultoras afirmam que elas, antes do nome quilombola, se reconheciam como comunidades negras. E, a respeito da agroecologia, embora esse nome tenha surgido na década de 90, principalmente com a chegada da Cooperafloresta, as práticas agrícolas que se afirmam ser agroecológicas hoje, são praticadas desde seus ancestrais, como a coivara, por exemplo.

A despeito da ocupação desse território, portanto, sabe-se que foi iniciada pelas populações indígenas e, posteriormente, pelas populações quilombolas. Esse fato se faz presente a partir da identificação de duas agricultoras, que reconhecem sua origem africana e indígena, além da afirmação de que a ocupação desse território é anterior à formação do Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ), em 1969.

Conforme demonstra a figura 6, a linha do tempo foi construída durante a conversa coletiva com as mulheres do grupo “As Perobas” e mulheres lideranças do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. A partir das narrativas, propusemos a visualização de uma linha do tempo que apontasse para os principais momentos do processo de ocupação do território.

Além disso, as mulheres afirmam a vinda para seu território de pessoas afrodescendentes que se refugiavam do regime escravocrata no período colonial, embora o quilombo se apresente sem a devida titulação. Sobre isso, Almeida (2018) cita que, em todo Brasil, entre 2005 e 2016, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), outorgou apenas 86 títulos de fundiários.

A figura 3 trata-se da linha do tempo elaborada coletivamente com as mulheres durante as visitas guiadas. Com as informações alocadas dessa forma, segundo as agricultoras, é possível destacar visivelmente os marcos que impactaram diretamente a vida das pessoas no quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca.

Figura 3. Linha do Tempo do histórico de ocupação do território, relatada pelas mulheres quilombolas.

Exploração Colonial		coivara Pixurum e reunida		Associação	
1504	1817	Quilombos	Parque 1969	2005	
Índigenas coivara	Comunidades negras pixurum coivara "Conta nossas família que estamos aqui pelo menos há 400 anos" (Agricultor)	1950 BR116	1996 RTC	1998 Cooperafloresta Mutirão Coivara, roça de carpida e agrofloresta	2006 Reconhecimento Palmares

Fonte: Própria da autora, 2019.

O Parque Estadual do Jacupiranga, instaurado em 1969 no Vale do Ribeira, apresentou uma influência direta no cotidiano das famílias quilombolas que habitam esse território. As normas de preservação conservacionistas se sobrepuseram às práticas relacionadas ao modo de

vida da comunidade quilombola, por exemplo, ao sistema tradicional de coivara. A agricultura de coivara é uma prática ancestral, feita para a produção de subsistência da comunidade, principalmente no abastecimento anual do arroz e do feijão de cada família.

Foto 1. Arroz de pilão agricultora II.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Tais restrições não permitem as atividades extrativistas, essenciais, para a permanência das comunidades nos locais das práticas culturais que estas comunidades vêm realizando ao longo de anos. As atividades que mais sofrem com essa legislação são a agricultura de produção de alimentos, a caça de subsistência, a pesca, a retirada de madeira e o uso de madeira morta para construções, lenha e confecção de canoas e o corte de palmito para fins comerciais. (MILANELLO, 1992).

Assim, a sobreposição das áreas da comunidade às áreas de conservação destina uma limitação do uso e ocupação desse solo, tradicionalmente dinamizado pelos conhecimentos ancestrais, utilizado para o cultivo de subsistência anual do arroz, do feijão, do milho e da mandioca. Esses cultivos eram tradicionalmente manejados pelo sistema da coivara, o qual sofreu restrições, resultando na alteração das formas de manejo dessas áreas de cultivo de alimentos, e, portanto, nos modos de vida das pessoas em seu habitat. Em alguns casos, algumas famílias optaram pela mudança dos seus modos de fazer agricultura para os sistemas agroflorestais, em outros, as famílias pararam de realizar o cultivo para sua autossuficiência.

No levantamento de campo, uma das integrantes do grupo de mulheres “As Perobas” apresentou um poema de autoria própria. Nesse poema,

o nome que leva esse grupo de mulheres é explicado e reforça a importância de considerar a ancestralidade e a história da ocupação desse território:

No bairro da Terra Seca muita coisa aconteceu.
É uma história antiga, muita gente já esqueceu.
Um homem muito importante nesse bairro aqui morou,
ao fazer a sua roça muita Peroba ele cortou.
A Peroba é uma madeira muito boa,
Eles fazem o monjolo e eles faziam a canoa.
O apelido de Peroba foi dado pelo bisavô.
Esta é uma história que a minha avó aqui contou.
(Agricultora Quilombola)

O poema ressalta a presença dessas famílias há muitas gerações e, portanto, mais uma vez confirma que a ocupação desse território é anterior à implantação do PEJ.

A presença da coivara é um dos agroecossistemas em que as mulheres participam ativamente e, segundo relatos, é o agroecossistema fundamental para a garantia do abastecimento do feijão da família. Assim, é fundamental compreender a ancestralidade presente na perspectiva da produção do alimento, uma vez que a coivara é um sistema tradicional de cultivo, tombado como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²⁰.

Essa prática de cultivo é realizada pelas populações indígenas e quilombolas há séculos no Brasil, embora seja debatida em fóruns conservacionistas como uma prática questionável à saúde ambiental devido ao uso do fogo. Desde o período colonial, o rio Ribeira do Iguape, no estado de São Paulo, viu o cultivo de mandioca, milho, feijão e arroz tornarem o eixo estruturante do modo de vida de comunidades quilombolas que se instalaram nas suas margens (IPHAN, 2018).

Entre o apogeu e a decadência da exploração do ouro, foi a agricultura de subsistência que permitiu a permanência dos grupos afrodescendentes nos vales e montanhas da região. Esse modo de fazer roça e os bens culturais a ele associados integram o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do

²⁰ Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=3120>> Acesso em: 23 mar. 2021.

Vale do Ribeira. Muito além de uma atividade econômica, o plantar e colher estabeleceu as trocas com a natureza, os laços de parentesco e compadrio, a fabricação de materiais para o uso diário, a expressão do divino e as manifestações religiosas, de música e dança transmitidas entre as sucessivas gerações que ali moraram. Os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas alinhavam as questões de territorialidade e da conservação da agrobiodiversidade, tão importantes para a conservação da floresta do Vale do Ribeira. (IPHAN, 2018).

FOTOS 2 e 3. Cultivo das Mulheres Quilombolas do Arroz



Fonte: Própria da Autora, 2019.

Portanto, a redução ou limitação dessas áreas de agricultura quilombola tradicional, iniciada a partir da criação do PEJ e posteriormente pela formação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), fez com que algumas famílias dessa comunidade passassem a comprar os alimentos base para o sustento da família – feijão, arroz, tubérculos e raízes – em mercados da cidade. Segundo uma das agricultoras quilombolas: “Entrou o parque, a terra não descansa mais. A RDS veio a uns 10 atrás”. Ou seja, as agricultoras necessitam de uma autorização dos fiscais para fazer sua roça de coivara, mas a maioria delas não tem carros para ir ao encontro dos fiscais e, muitas vezes, as autorizações vêm após os períodos indicados de plantio. Ocorre, ainda, a redução das áreas que, em alguns casos, foram sobrepostas às áreas que são de território das comunidades antes da formação do parque ou mesmo antes da declaração da comunidade enquanto um quilombo, pelo ITESP.

O fogo a gente usa pra salvar a terra de doença. Sem fogo dá um fungo branco, não dá batata doce. A gente fazia e só retornava 5 a 8

anos depois, agora com a RDS a gente tem $\frac{1}{4}$ da roça, não dá quase $\frac{1}{2}$ alqueire o primeiro semestre e $\frac{1}{2}$ no segundo. (Agricultora Quilombola).

Desse modo, os alimentos que advinham da agricultura de subsistência historicamente praticada – práticas reconhecidas como agroecológicas dos povos tradicionais –, hoje são adquiridos em mercados no centro da cidade da Barra do Turvo. Isso afeta economicamente as famílias, gerando despesas com a compra das mercadorias e despesas de logística, além de os alimentos procederem do cultivo com produtos químicos, prejudiciais à saúde humana e ambiental.

Em decorrência disso, temos o exemplo de uma das agricultoras, que precisou mudar a localização da sua casa, em 1998, por conta da sua prática de roça de coivara. Dois motivos levaram-na a tomar tal decisão: primeiro, o seu ingresso na cooperativa local, que proibia o uso da coivara pelos cooperados e cooperadas justificado pela prática de destruição da natureza e, segundo, essas áreas anteriormente usadas para essa prática agrícola tradicional, responsável pelo abastecimento dos grãos anuais da família, atualmente são áreas de parque e, portanto, obrigatoriamente necessitam de autorização para seu uso.

A mudança do local da casa de uma das agricultoras para outra área, um quilômetro distante da sua área de cultivo, refletiu em impactos na dinâmica familiar, interferindo no modo de vida anteriormente consolidado. Uma vez que os quintais produtivos são espaços manejados majoritariamente pelas mulheres, essas alterações trazem questionamentos de vigília quanto às tomadas de decisões das mesmas sobre seus territórios e corpos, reforçando, portanto, a importância da questão de gênero na agroecologia e seu impacto no modo de vida das famílias quilombolas.

Nesta situação são comuns a falta de informação do processo de criação dessas áreas e a falta de recursos para as desapropriações, tornando as populações em ilegais (Diegues, op., cit., 2008) e criando as condições para a ocorrência de conflitos entre o estado e as populações tradicionais quilombolas, caiçaras e caboclos/caipiras, situação acentuada pelas restrições de acesso aos recursos naturais que a legislação ambiental impõe. Tais restrições não permitem as

atividades extrativistas, essenciais para a permanência das comunidades nos locais e das práticas culturais que estas comunidades realizam ao longo de anos. As atividades que mais sofrem com essa legislação são a agricultura de produção de alimentos, a caça de subsistência, a pesca, a retirada de madeira e o uso de madeira morta para construções, lenha e confecção de canoas e o corte de palmito para fins comerciais. (MILANELLO, 1992).

De acordo com os dados do IBGE de 2018, o município da Barra do Turvo apresenta o IDH de 0,641 e o PIB per capita de R\$11.840,74, com uma população de 7.729 habitantes, sendo um dos maiores municípios com áreas preservadas de Mata Atlântica. Assim, o município apresenta um dos menores índices monetários no território, e conta com o aumento das despesas das famílias, como citado acima. Esse fator gera, como consequência, conforme afirmações das mulheres mães, o alto índice migratório dos jovens e das jovens do campo para a cidade, que buscam dinheiro para garantir suas necessidades e divertimentos.

A base da produção que determina a autossuficiência, nessa realidade, está imbricada à temática da soberania alimentar dessas famílias e à manutenção dos seus modos de vida. Portanto, há a necessidade de coexistirem junto às restrições legais conservacionistas, uma vez que os cuidados ambientais fazem parte das práticas agroecológicas, as quais se encontram no centro dessa produção em que a sustentabilidade é imprescindível e integrada.

De modo integrado ao trabalho, também são feitos rituais e celebrações, como as festas religiosas e “*pixuruns*” ou “*reunidas*”, hoje conhecidas como “*mutirões*”, para a colheita do arroz e do feijão. Entretanto, as agricultoras revelam que há uma perda de interesse por parte dos jovens em relação a essas celebrações.

Foto 4. Mutirão do grupo “As Perobas”



Fonte. Autoria própria, 2019.

Aqui é “pixurum”, “reunida”, depois veio chamar “mutirão”. A gente festeja, é muita coisa boa pra nós, né, garantir o que a gente come, é disso que a gente vive nesse lugar que oferece tudo pra nós! (Agricultora Quilombola).

Neste estudo de caso, a ancestralidade dos povos tradicionais é presente no que se refere ao tempo de presença dessas mulheres negras em suas comunidades nessa localidade. Elas utilizam, ainda nos dias atuais, o monjolo para a produção da farinha do milho e caminham no sentido da permanência, especialmente em relação às formas de manutenção dos agroecossistemas cultivados por elas. É notável a integralidade entre ser humano e natureza em seus modos de vida. Com isso, a vida existente nesse território preservado é integrada e conservada a partir de seus participantes.

Foto 5. Monjolo para a fabricação da farinha de milho no quilombo.



Fonte. Autoria própria, 2020.

Ao longo da visita guiada, a terra foi considerada pelas agricultoras uma terra boa, denominada por elas de terra “preta”. Segundo a agricultora, essa classificação é muito utilizada pelos povos antigos, indígenas e quilombolas, que cultivam e cultivavam a terra.

Foto 6. Terra preta



Fonte: Autoria Própria, 2020.

A terra aqui, ah! A terra da gente é muito boa, é terra preta como se diz aqui desde os antigos nossos, (Agricultora Quilombola).

Foto 7. Fogão a lenha de barro.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Embora, haja uma perda da tradicionalidade por parte da maioria dos jovens da comunidade, as agricultoras revelam que as mulheres sempre foram as responsáveis pelas “reunidas” ou “pixuruns”, além de serem as responsáveis por passar os ensinamentos para as novas gerações. A manutenção do fogão a lenha, por exemplo, faz parte das atividades das jovens. Atualmente, também, com o incentivo da SOF, há uma retomada das mulheres em garantir esses espaços tradicionalmente realizados para celebrar a vida e garantir seu sustento, conforme descrito no poema do Apêndice III.

4.2. Mulheres, Agroecossistemas e suas Práticas Agroecológicas

Na perspectiva da agroecologia debatida nessa dissertação, as mulheres atuam no centro do debate enquanto sujeitas políticas, participando ativamente das áreas de cultivo com suas práticas agroecológicas, transformando e comercializando os alimentos, organizando-se socialmente

e demonstrando representatividade política dentro e fora da sua comunidade, além de cuidarem da casa e dos membros da casa. Por isso, as mulheres que constroem a agroecologia feminista da SOF (2018) sugerem que as práticas agroecológicas permitem vencer a chamada “divisão sexual do trabalho”, que separa o conjunto do trabalho que realizamos ao longo da nossa vida entre atividades “de mulheres”, teoricamente mais “leves”, e “de homens”, “mais pesadas” ou “intelectuais”.

Foto 8. Manejos do Palmito Pupunha pelas Mulheres Quilombolas



Fonte: Autoria própria, 2019.

No estudo presente, observamos que as mulheres ativamente assumem a liderança de manejos considerados mais “pesados”, como o corte do palmito pupunha, por exemplo, espécie introduzida no território para a substituição do palmito jussara, após anos de exploração predatória liderada principalmente por homens, segundo relatam as mulheres. Ademais, realizam atividades de colheita de cachos de banana que pesam aproximadamente 70Kg.

Foto 9. Banana do quintal produtivo da agricultora I.



Fonte: Autoria própria, 2020.

O levantamento de dados nos agroecossistemas possibilitou dar visibilidade às práticas agroecológicas utilizadas pelas mulheres e trazer o debate técnico agrônomo tradicionalmente realizado por elas. Assim, vemos que, ao mesmo tempo em que cultuam suas práticas ancestrais, promovem a preservação da natureza e a geração de renda na dinâmica do seu modo de vida.

Dessa forma, os agroecossistemas levantados foram analisados de acordo com onde ocorre o trabalho das mulheres, sendo esses: os quintais produtivos exclusivamente trabalhados por mulheres; a agrofloresta; a roça de coivara e a roça de carpida, que estão integrados ao modo de vida das mulheres. Na figura 4, é demonstrada essa interação entre os agroecossistemas, bem como a importância da ocupação geográfica, que será debatida no contexto, e as representações das cores simbólicas que foram utilizadas e detalhadas na Tabela 1.

Figura 4. Agroecossistemas



Fonte: Aatoria Própria, 2020.

A foto 10, abaixo, demonstra a maneira dinâmica com que se dão os manejos dos agroecossistemas, os quais se encontram de forma integrada no conjunto dos espaços do sítio.

Foto10. Roça de Carpida, Agrofloresta e roça de coivara (fundo) integrados.



Fonte: Aatoria própria, 2020.

Tabela 1. Caracterização dos Agroecossistemas

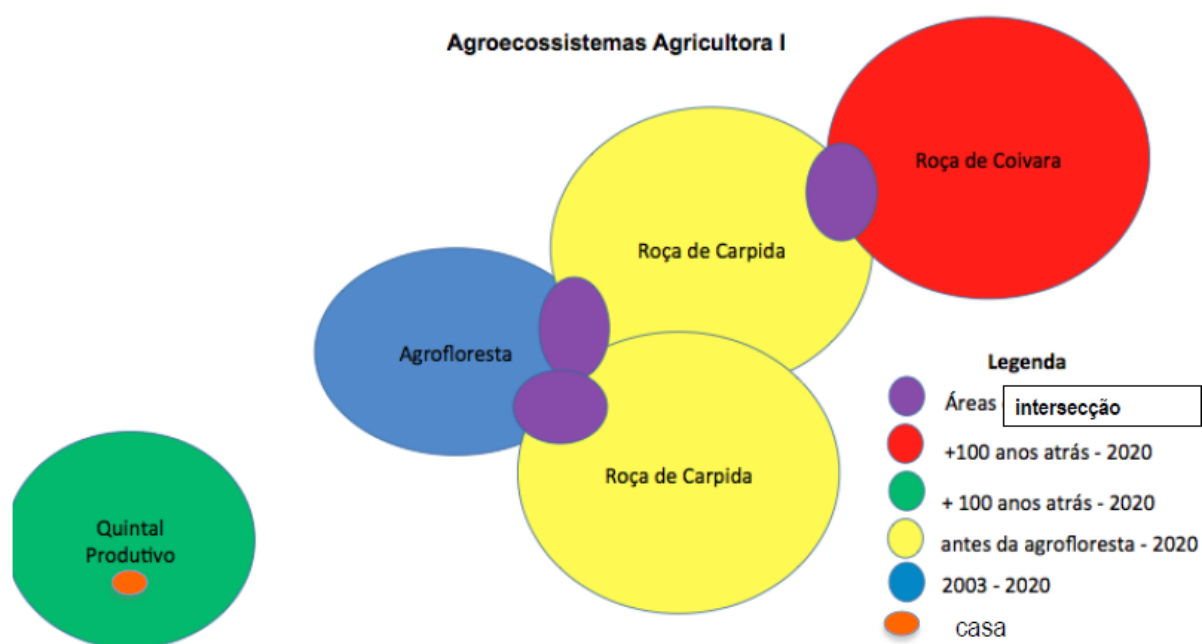
Croqui	Agroecossistemas	Caracterização
	Quintal Produtivo	Sistema com intensa biodiversidade, incluindo plantas indicadoras, a casa centraliza os espaços produtivos que contém a flora para o abastecimento da família em alimentos e medicamentos naturais, utilizados com a sabedoria dos seus ancestrais e animais domésticos como galinhas, frangos e porcos para o abastecimento anual contínuo da proteína animal da família, esterco para a adubação da horta, além dos cachorros muito comuns, de uso para a segurança da casa.
	Agrofloresta	Sistema complexo com diferentes estratos, respeitando a sucessão ecológica entre as plantas selecionadas, manejado por podas para a entrada de luz e com isso a formação da roça de carpida para a produção de grãos e mandioca, principalmente e com as podas se garante o abastecimento do solo com rica matéria orgânica composta por folhas e galhos das árvores podadas. Apresenta rica variedades de frutas.
	Roça de Coivara	Sistema utilizado desde os ancestrais de forma rotativa, com manejo de corte da capoeira, formada pela regeneração natural da floresta, e posterior uso do fogo controlado, com o período e área dimensionada pré-estabelecida e organizada para o plantio de grãos, principalmente o feijão e o arroz, para o abastecimento anual da família. Nesta comunidade, as áreas de coivara são descansadas no período de 6-8 anos, sem qualquer intervenção humana em cada área, para posteriormente dar uma nova formação e novo ciclo de coivara.
	Roça Carpida	Sistema iniciado com a poda realizada, geralmente, nos sistemas agroflorestais, utilizando a poda como abastecimento de luz para as plantas e produção de matéria orgânica para o solo, utilizado, em alguns casos como alternativa ao uso do fogo e plantios de grãos, tubérculos e raízes como inhame, batata doce e mandioca.

Embora o estudo dos solos que se procedeu nos agroecossistemas tenha se baseado nas informações dadas pelas mulheres e suas noções sobre os solos que manejam, na observação fenomenológica do perfil dos solos e no levantamento das plantas existentes nos pontos de coleta dos solos, os depoimentos analisados passam por uma descrição pedogenética e pelas técnicas de interpretar a fertilidade dos solos de forma qualitativa. Portanto, a coleta de amostras de solo para o estudo foi feita de forma conjunta com as agricultoras, durante a parte de campo. Sua representatividade serviria como uma informação de complementariedade importante, o que foi observado durante as visitas guiadas pelos agroecossistemas, também definidos conjuntamente. São eles:

- 1) Quintais Produtivos
- 2) Roça de Carpida
- 3) Roça de Coivara
- 4) Agroflorestas

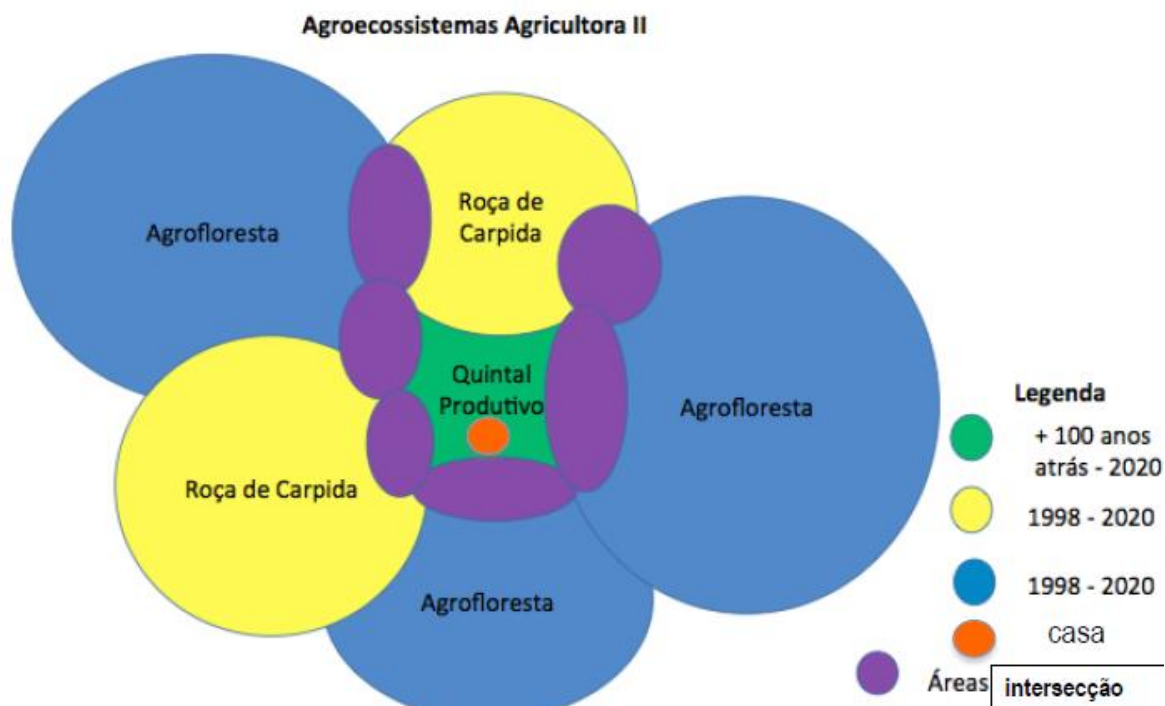
Os fluxogramas das figuras 5 e 6 foram criados durante a visita de campo, em conjunto com as agricultoras após a visita guiada, como uma ferramenta metodológica capaz de dar significado visual ao que foi observado em campo, a partir da importância dos agroecossistemas para as agricultoras e sua localização na propriedade. Observa-se que o tamanho das bolas representa a relevância de cada agroecossistema para a unidade familiar, sua disposição em campo, bem como o tempo histórico de cada prática agrícola.

Figura 5. Diagrama dos Agroecossistemas Agricultora I



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 6. Diagrama dos Agroecossistemas Agricultora II



Fonte: Autoria própria, 2020.

Primeiramente, observando a organização geográfica dos agroecossistemas para cada situação, conforme já citado acima, sob a perspectiva da disputa de ocupação do território, chama a atenção a disposição do quintal produtivo em localizações completamente diferentes no caso das duas agricultoras.

No caso da agricultora I, trata-se de uma área descolada das áreas de produção mais intensiva, como a agrofloresta ou a coivara. Segundo a agricultora, isso nem sempre foi assim. A mudança se deu a partir do confronto entre as questões ambientais e o sistema de coivara. Em outras palavras, a Cooperafloresta, por não admitir a queima na coivara, considerando-a um sistema inadequado no que concerne às restrições e às legislações vigentes, foi responsável por essa mudança.

Assim, após a consolidação das leis ambientais no território, as áreas de cultivo de alimentos no sistema de coivara diminuíram e os quintais

produtivos e o entorno da casa se tornaram, em alguns casos, indisponíveis para a manutenção dessa prática agrícola. Uma vez que o quintal produtivo sempre foi localizado no centro do sítio, a agricultora I ressalta algumas consequências dessa alteração:

O quintal é onde tudo que precisa funciona: a criação da gente, onde a gente armazena nossa colheita, limpa os alimentos e passa a maior parte do tempo comendo e dormindo, descansando pra depois voltar pra roça de novo. (Agricultora I).

No caso da unidade familiar da agricultora II, percebe-se que o quintal produtivo foi mantido no centro, por não possuir mais o sistema de coivara como sistema de produção. A agricultora obteve seu enquadramento perante as legislações ambientais vigentes e indicações dos técnicos competentes, conforme relatos.

Segundo a pesquisadora Irene Cardoso (2018) ²¹, definiremos aqui no presente estudo “quintais produtivos” como um lugar de “segurança e soberania alimentar, lugar de qualidade de vida, porque é agradável, bonito, tem sombra, protege e fortalece o solo, cria condições para que os animais tenham qualidade de vida melhor também”.

Foto 11. Quintal produtivo Agricultora II.



Fonte: Autoria, própria, 2020.

Os quintais produtivos presentes nas duas unidades familiares estudadas apresentaram uma multifuncionalidade de plantas indicadoras, medicinais e comestíveis, que são utilizadas para o abastecimento da família. Observamos, além da rica diversidade de plantas e cobertura de solo, a ausência de uso de produtos químicos e a alta preservação da biodiversidade e da água. É um agroecossistema voltado à sustentabilidade da vida que antecede a chegada do Parque e da Cooperafloresta e, conforme apontado por ambas as agricultoras, é um ambiente manejado exclusivamente pelas mulheres. Portanto, devido aos quintais produtivos serem um agroecossistema complexo no qual se encontram os alimentos de origem animal e vegetal de abastecimento da família, afirma-se que:

Mulheres são credoras de uma dívida corporificada pela extração do trabalho reprodutivo não remunerado, que produz valores de uso e força de trabalho da qual se beneficiam os homens como grupo social, as empresas e o Estado. A energia despendida pelas mulheres é apropriada à custa de seu bem-estar físico e psíquico, levado muitas vezes à exaustão (MORENO, NOBRE, 2020, p.41).

Figura 7. A multifuncionalidade dos Quintais Produtivos



Fonte: Autoria própria, 2020.

A horta é o que fica em torno da casa e é lá que a mulher manda mesmo. Homem não cuida da horta porque dá muito trabalho. Couve, cebolinha, manjerona, chicória, almeirão, salsa e os remédios quando precisam de cuidado, e na horta é todo dia e não é igual a roça que tem aquela trabalhadeira, mas depois vai uma vez ou outra até colher. (Agricultora).

Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha suas hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas os parentes e amigos que vêm visitar no final de semana são algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta. (SOF, 2015, p. 6).

A questão econômica na agricultura de coivara está intrinsecamente interligada à questão social. No levantamento de campo, foi relatado pelas mulheres que praticam a coivara que o sistema foi utilizado desde os primeiros afrodescendentes a ocuparem o território, ainda preservado nos dias atuais. Portanto, ao perceber a consolidação das áreas de preservação neste território quilombola e os locais onde se pratica a coivara, pode-se afirmar que não seria o sistema de cultivo agrícola de coivara em si a causa dos danos ambientais, como afirmam alguns ambientalistas. Esse sistema, ao contrário, é incluído nas práticas agroecológicas, pois considera os saberes tradicionais, base que integra a construção desse conhecimento.

O sistema de coivara sempre foi utilizado pelos ancestrais índios e negros das agricultoras e era feito de forma planejada em todo o território quilombola. A intervenção de oito em oito anos de descanso era realizada após ser formada uma nova coivara. Essas áreas, no entanto, foram reduzidas com as áreas de preservação ambiental institucionalizadas.

A gente sempre teve as criações, os animais da gente, muita plantação, nunca faltou, agora que tem diminuído bem porque as áreas diminuíram. (Agricultora Quilombola).

A frase acima confirma o que foi levantado no RTC-ITESP, além de desvelar que, desde os seus primórdios, as atividades econômicas principais da Barra do Turvo sempre estiveram relacionadas ao plantio de lavoura e a criação de animais.

Esses aspectos entre território e as questões ambientais apontados na investigação dos agroecossistemas demonstram o impasse e o constante conflito existente no território entre as comunidades tradicionais e as leis de preservação ambiental brasileiras. Assim, como explica Diegues “Os ecossistemas mantêm fluxo de energia e reciclagem de matéria. Nesse

enfoque a sociedade é um subsistema de uma totalidade mais ampla, o ecossistema, onde os seres humanos, animais e vegetais mantêm relações bioenergéticas” (2008, p.79).

Foto 12. Feijão de coivara de abastecimento anual da agricultora I.



Fonte: Autoria própria, 2020.

É quilombola, é índio, é tudo a mesma coisa no jeito de nós produzirmos o alimento, principalmente o arroz, o feijão, o milho também. (Agricultora Quilombola).

Portanto, ainda que relatos tenham seguido na direção das restrições ambientais, o fato é que as comunidades quilombolas ajudaram na preservação de áreas que poderiam hoje ser pastos para búfalas na Barra do Turvo. As agricultoras revelam que esse tipo de agricultura “predatória” não faz parte da cultura quilombola.

Nós quilombolas não vemos a natureza sem sermos cuidadas por nós mesmos, nós somos parte dela e dela precisamos para sermos quilombolas, por isso, não são as famílias quilombolas e tradicionais quem destroem a natureza, não é da nossa natureza. (Agricultora Quilombola).

Mais uma vez se compreende a partir das falas que a presença dessas mulheres no território é muito marcada pela chegada de seus familiares e pelo conflito territorial ocasionado pela sobreposição do Parque Estadual do Jacupiranga e, posteriormente, do Mosaico do Jacupiranga às áreas quilombolas. Alguns relatos revelam que o PEJ e o MOJAC foram uma

forma de diálogo entre o Estado, através das leis ambientais, e as comunidades tradicionais existentes. Esse diálogo buscou, por exemplo, formas de manter a agricultura tradicional ativa para a manutenção do modo de vida quilombola através da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

O impacto na produção de alimentos de base para a subsistência das comunidades tradicionais, devido à proibição ou restrição do uso da coivara em algumas áreas, ocasionou a codependência de relações sociais capitalistas, como o acesso a mercados, que anteriormente não era necessário. Outro fator diz respeito às autorizações fornecidas pelos órgãos competentes para a realização da sua agricultura tradicional de coivara. Muitas vezes, segundo relatos, as autorizações não coincidem com os períodos sazonais do cultivo tradicional, em especial do feijão e do arroz. Além disso, poucas famílias possuem veículos para se transportarem em direção aos órgãos para a solicitação das licenças ambientais. Assim, as famílias quilombolas ficam imobilizadas diante dessa situação.

Foto 13. Manejo da coivara, plantio de feijão

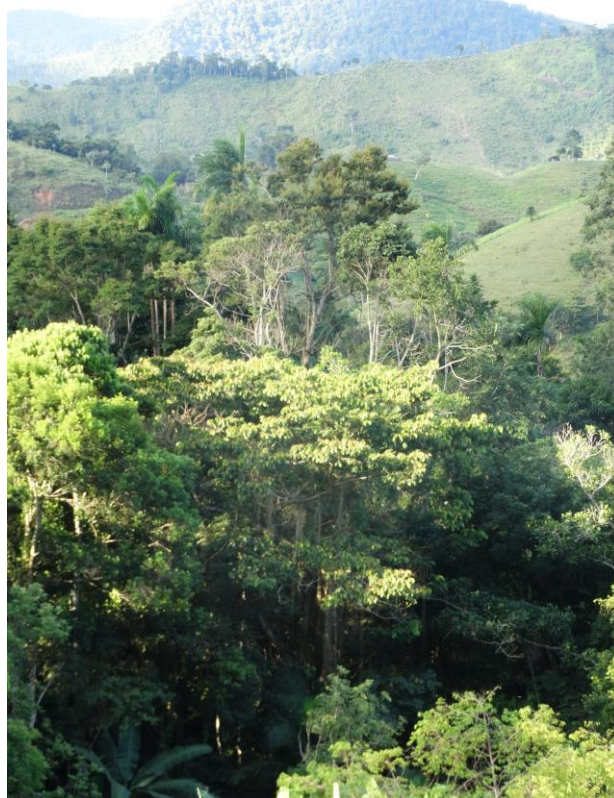


Fonte: Autoria própria, 2020.

Os sistemas agroflorestais, por sua vez, segundo as agricultoras, já existiam no entorno da casa. Com uma agrobiodiversidade abundante, eles funcionam como extensão dos quintais produtivos e como forma de garantia das frutas e de sombreamento para a casa e as criações. No entanto, foi incorporada, nesse formato atual, uma significativa quantidade de citrus. A partir do surgimento da Cooperafloresta (1999), com o advento do conflito estabelecido entre os modos de fazer uso e ocupação do solo no território, esse sistema de produção de alimentos foi regulamentado pela legislação para áreas da agricultura familiar e tradicional nos planos de manejo.

Aqui a gente faz agrofloresta, terra bem fofona e pau para até fazer a casa. A gente produz com a natureza mesmo, tudo junto e tudo dá, tem pepino, abóbora, arroz e milho, ainda tem banana em cima, tem mandioca em cima. A agrofloresta foi bom pra gente ficar aqui no lugar da gente. (Agricultora).

Foto 14. Manejo agroflorestal da agricultora II.



Fonte: Autoria própria, 2020.

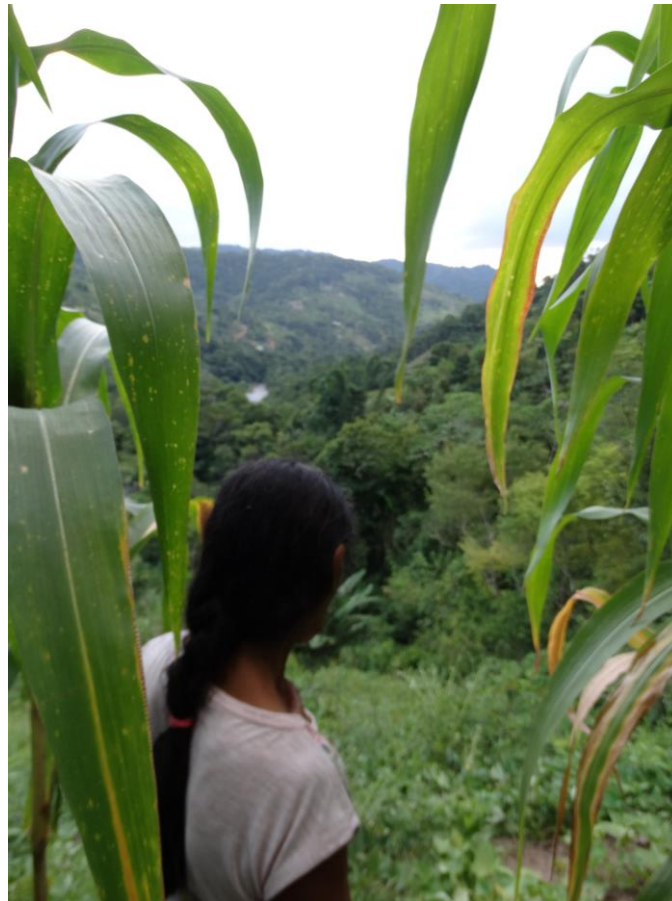
Esse enquadramento trouxe, como demonstrado na figura 13, uma influência total para os modos de cultivo da agricultora II. Ela tem o aproveitamento quase completo desse sistema em sua propriedade, uma vez que a roça de carpida é também um manejo de sistemas anteriormente agroflorestais que, através das podas e da formação das clareiras, possibilitam a entrada de luz e, conseqüentemente, a realização do plantio de grãos e mandioca, sem necessariamente o uso da coivara.

Outra influência da ancestralidade é a presença dos mutirões nas colheitas e nos plantios, anteriormente chamados de “pixurum” ou “reunidas”, nos quais as famílias se ajudam mutuamente. Além de demonstrarem as atividades tradicionalmente realizadas até os dias de hoje, as mulheres relataram que, após as atividades agrícolas, a partir de seus ritos, os festejos duram até o amanhecer do dia seguinte, como forma de agradecimento e demonstração da felicidade e da manutenção da vida.

Uma das principais premissas da agroecologia é a análise da coevolução dos sistemas biológicos e sociais e o reconhecimento de que essa coevolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura. O rompimento dessa cadeia de coevolução – produzido, por exemplo, pela hegemonia da moderna ciência agrônoma, que afastou as pessoas do meio ambiente – estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna (Siliprandi, 2009, p.109).

Outro fator muito relevante são as áreas de intersecção, identificadas nas Figuras 8 e 9 com a tonalidade violeta. Essas áreas são aquelas nas quais todos os agroecossistemas já existiram, uma vez que os manejos são cíclicos para garantir a rotação de cultura e zonas de “descanso” da terra, como são chamadas pelas duas agricultoras, a fim de garantir a retomada da fertilidade do solo.

Foto 15. Área de intersecção vista de cima (antiga parte agroflorestal que, com o manejo, tornou-se uma roça de batata doce).



Fonte: Aatoria própria, 2020.

O fato de o manejo desses agroecossistemas nos dois casos ser liderado pelas mulheres da casa, nos leva à condução permanente e cíclica de um agroecossistema unificado, composto por diferentes formas de manejo, devido às necessidades de autoconsumo e venda. Além disso, a garantia da fertilidade do solo está presente nessas áreas de descanso, que após “descansadas”, possibilitam novas colheitas sem necessidade de exploração do solo e com respeito ao período das plantas e da natureza como um todo.

Por isso, a partir da condição materializada exposta acima, reafirmamos a agroecologia como ciência, prática e movimento, embora haja ainda distintas acepções conceituais, especialmente no campo da ciência, mas que também se refletem na prática das organizações.

Acerca das avaliações do manejo agroecológicos das agricultoras, revelam-se quatro aspectos intrínsecos aos modos de vida baseados na ancestralidade das agricultoras: **a)** a ampla cobertura de solo através de uma abundante agrobiodiversidade; **b)** a garantia dos recursos naturais de forma permanente, sendo um deles a água; **c)** a presença de dezenas de espécies crioulas mantidas e preservadas por elas em formas de mudas, sementes ou outras formas tradicionais de propagação de plantas; **d)** a múltipla funcionalidade das espécies vegetais, garantidas para o abastecimento da família em forma de remédios, alimento humano ou animal, adubos, entre outros.

Foto 16. Manejo da Agricultora com cobertura de solo



Fonte: Autoria própria, 2020.

As análises técnico-agronômicas, baseadas na metodologia da pesquisadora Ana Primavesi, pautaram-se na visita guiada, nos registros fotográficos e no levantamento de espécies indicadoras, seguidos dos ensaios de amostragem de solo coletadas em cada agroecossistema. Com

isso, faremos uma discussão a respeito do trabalho produtivo das agricultoras.

Trata-se de um solo de tipologia latossolo vermelho-amarelo, e, conforme análise de solo apresentada no Apêndice 1, indica-se que: quanto a V%, a porcentagem de saturação por bases (V%), responsável por indicar quanto por cento dos pontos de troca de cátions, nos colóides, estão ocupados por bases, ou, em outras palavras, quanto por cento das cargas negativas estão ocupadas por Ca^{2+} , Mg^{2+} e K^{+} , em relação aos pontos de troca dos cátions ácidos H^{+} e Al^{3+} , as porcentagens estão acima de 70%. Isso significa que porcentagens altas ou muito altas se apresentam em todos os agroecossistemas, o que indica a fertilidade do solo, com destaque para o quintal produtivo que apresenta 95% de saturação por base, ou seja, a maior V%.

A respeito do parâmetro de PH, Cardoso et al. (2013) explica que, devido a sua influência em muitas relações biológicas e químicas, este parâmetro pouco diz sobre o processo que está sendo afetado, porém, seu papel na capacidade produtiva dos solos é crítico. Uma de suas atuações mais importantes é o controle que exerce sobre a solubilidade dos nutrientes e sobre a atividade microbiológica. A análise de solo nos indica que os índices de pH CaCl, variam entre 5,6 – 6,6, ou seja, de médio a alto entre os agroecossistemas, o que se enquadra nas recomendações da Embrapa. Segundo a Embrapa, os solos ideais para cultivo devem apresentar pH entre 6,0 e 6,5, porém, esta faixa pode ser estendida de 5,5 a 6,8 (Embrapa, 2006)²².

O fósforo (P) é um nutriente limitante da produtividade agrícola. Está disponível como ortofosfatos, porém o P microbiano e o P orgânico podem se tornar disponíveis rapidamente. Para essas afirmações, utilizamos a referência de Cardoso et al. (2016), organizada de forma sistemática por Siqueira (2018), em seu trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Engenheira Florestal, orientada pelo orientador dessa pesquisa. O

22

Disponível

em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Gomes_Filizola_indicadoresID-u1keja1HAN.pdf> Acesso em: 27 jun. 2021.

fósforo, em todos os casos, se encontra no valor médio em todos os agroecossistemas. Entretanto, os quintais produtivos, onde os manejos são característicos por não envolverem o revolvimento de solo para o cultivo de culturas anuais, garantindo, assim, maior acúmulo de matéria orgânica, apresentaram o índice máximo com 63mg/dm^3 , o que significa de alto a muito alto, conforme análise de solo.

Por se tratarem de práticas agroecológicas, a busca por insumos externos deve ser considerada a última opção, sendo que os recursos devem prioritariamente ser encontrados na própria propriedade, sendo o manejo e a permanência da cobertura do solo a base para o equilíbrio dos agroecossistemas.

O que se demonstrou nas práticas das mulheres foi um manejo constante durante sua permanência nos agroecossistemas, e uma compreensão livre e espontânea de manter plantas indicadoras, ou espontâneas, no consórcio entre as plantas consideradas alimentícias por elas, com a intenção de proteger o solo e as plantas. Dessa forma, pode-se perceber a influência desses tratos culturais elegidos pelas mulheres em cada agroecossistema na garantia da formação de solo, o que nos levou, então, a proceder para a análise de solo, com o intuito de confirmar essas tendências.

Sobre os nutrientes necessários à saúde das plantas e do solo, afirma Primavesi:

Tanto faz se o solo for coberto por um *mulch* ou simplesmente vegetado por invasoras diversificadas, a conservação de umidade por até 3 meses de seca deve ser garantida. Não é somente cobertura contra a insolação, mas especialmente um enraizamento intenso que agrega o solo e que não o deixa perder muita umidade. As plantas que crescem dentro do mato, ou seja, inços, são bem-nutridas e, portanto, mais resistentes à seca e podem render mais do que as capinadas, irrigadas, adubadas e tratadas com defensivos. (PRIMAVESI, 2003, p. 9)

No Apêndice II, observa-se que, no registro das falas das agricultoras, a coivara é um sistema capaz de gerar nutriente ao solo, principalmente através da cinza. A cinza, conforme se encontra nas práticas agroecológicas, é um componente rico em potássio, o que se comprova

segundo análise de solo. A quantidade representativa do K – potássio é considerada muito alta (7,6 mmolc/dm³) onde se pratica a roça de coivara, em relação aos demais agroecossistemas.

Quanto aos quintais produtivos, o agroecossistema se destaca segundo a análise de solo, apresentando os maiores índices dos nutrientes essenciais às plantas, bem como indicados nos índices de matéria orgânica e equilíbrio de Ph, sendo 6,6, a média (6,5-7,5 ideal).

Esses dados reforçam também a discussão acerca do principal adubo utilizado na agricultura convencional do agronegócio, o NPK. Sobre isso, afirma Primavesi:

os monocultivos e as forrageiras, pastadas pelo gado, parecem “exportar” nutrientes, tornando mais pobres. Parece que o lógico seria adubar, repor o que foi exportado. Mas o ilógico é que se exportam 45 nutrientes e se pretendem devolver somente três (N-P-K), o que desequilibra todos os outros nutrientes desencadeando a produção de inúmeras pragas e doenças. (PRIMAVESI, 2003, p. 10)

A Figura 8 representa o manejo utilizado para cada agroecossistema, conforme cobertura de solo e enraizamento superficial do horizonte A do solo. Assim, conforme indicado na Figura 8, observa-se o aumento da diversidade do sistema radicular, bem como a composição da diversidade de plantas indicadoras nos agroecossistemas abaixo.

Figura 8. Perfil da Superfície dos Solos nos Agroecossistemas



Fonte. Autoria própria, 2020.

As plantas indicadoras foram avaliadas em cada agroecossistema em uma parcela de 1m² aleatoriamente sorteada em campo. Com o registro fotográfico e levantamento das espécies no mesmo quadrante, foi feita a coleta de uma amostragem de solo para a análise laboratorial, a qual foi baseada na publicação de Primavesi: *Algumas plantas indicadoras: como reconhecer os problemas de um solo* (2017).

Figura 9. Plantas Indicadoras presentes nos Agroecossistemas



Fonte: Autoria Própria, 2020

Assim, no levantamento representado no apêndice II, pode-se afirmar que os quintais produtivos são os que apresentaram maior número de plantas indicadoras com interações positivas. Uma vez que, na Figura 9, observam-se os manejos amplamente orientados para a afirmação da professora Ana Primavesi:

O fundamental na tecnologia ecológica é que ela trabalha com ciclos como o da vida, da água, do carbono e outros dentro de sistemas, geralmente próprios ao lugar. Todos os ciclos são relativos, interligados, dependentes do funcionamento dos outros. Seu manejo exige um enfoque holístico-sistêmico da natureza. Não existem fatores isolados (PRIMAVESI, 1998, p.9).

Ainda no apêndice II, é possível verificar a indicação positiva para a fertilidade do solo quanto à repetição das plantas indicadoras. O manejo adotado nas áreas de quintais produtivos, nas quais há a ausência de quaisquer adubações ou calagem em todo histórico e baixo revolvimento de

solo, segundo relatos e análises, apresentou o maior acúmulo de material orgânico, maior quantidade de plantas indicadoras de alelopatia positiva e maior diversidade de plantas quanto à funcionalidade, com destaque às flores, às plantas comestíveis e medicinais.

Quanto às ferramentas utilizadas, nas duas unidades de produção não há mecanização, exceto o uso da roçadeira costal no preparo das áreas, ademais, apenas o uso do facão, da enxada, enxadão, foice e lima para amolar. Em nenhum dos casos houve despesas com adubo externo. O único custo relatado foi referente às ferramentas, que duram em média dez anos, e às sementes ou mudas de hortaliças, compradas no centro da cidade quando não são doadas por projetos parceiros.

“Somos mulheres animadas enfrentando a batucada. É na foice e no podão É no cabo da enxada e com muita dedicação Plantando no nosso chão” (Trecho do poema escrito por uma das mulheres do grupo “As Perobas”).

No propósito da soberania dos povos tradicionais, a diversidade genética encontrada nos agroecossistemas, representada pelas Figuras 10 e 11, reforça o propósito de manutenção dos costumes tradicionais, historicamente construídos e ainda presentes.

Foram identificadas seis variedades de feijão, nove variedades de banana, além das variedades de batata doce, mandioca, gengibre e abóbora, o que nos revela a cultura intrínseca da preservação das sementes enquanto patrimônio. Essa cultura é, segundo as mulheres, seu principal insumo para a continuidade e reprodução das espécies vegetais e, por conseguinte, humanas em seu habitat.

Figura 9. Plantas Indicadoras presentes nos Agroecossistemas

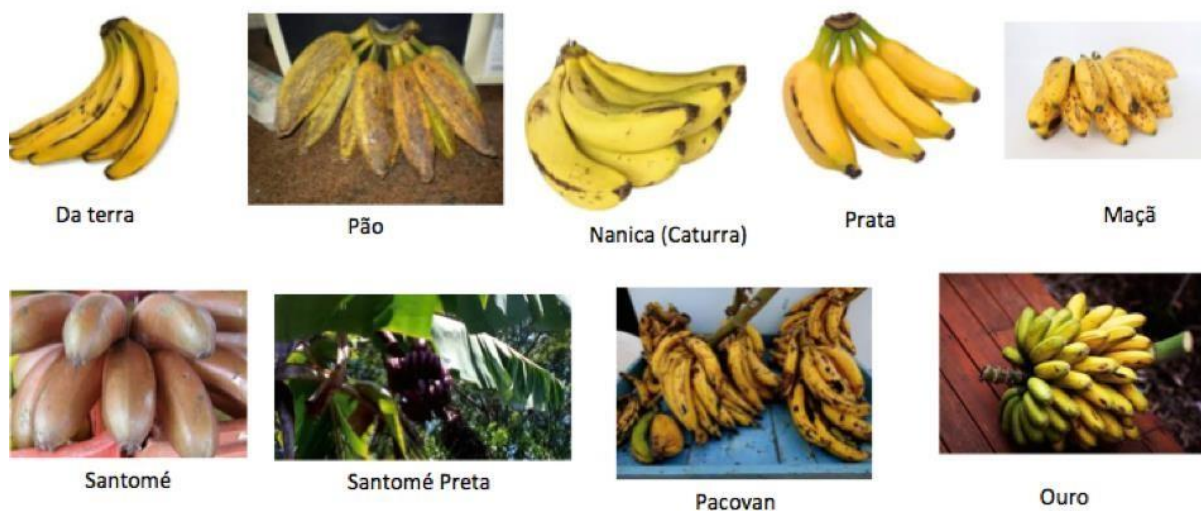
Diversidade, Preservação e Soberania Alimentar



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 11. Diversidade Genética levantada em campo

Diversidade, Preservação e Soberania Alimentar



Fonte: Autoria própria, 2020.

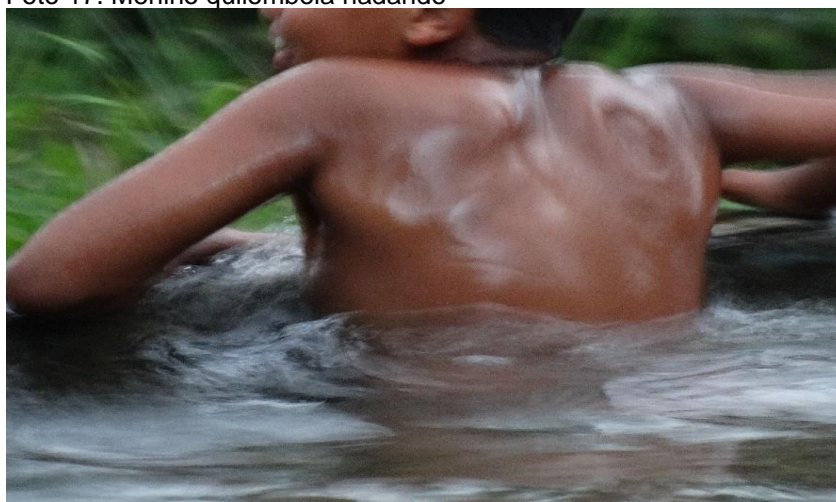
O levantamento da agrobiodiversidade contida nas práticas agroecológicas dessas agricultoras nos leva a crer na capacidade de

produção de um sistema agroalimentar que caminha na direção da soberania alimentar. Isso pode ser atestado pelo cuidado em relação à preservação genética das variedades de cada espécie de planta – utilizada para consumo próprio ou para doação e venda –, ao mesmo tempo que esse patrimônio genético acontece em meio às práticas sustentáveis complexas e manejadas em um tempo próprio das mulheres.

Pode-se observar, a partir dos dados coletados em campo, uma capacidade de percepção da preservação da natureza contida no propósito da produção dessas agricultoras. Tal fato aponta soluções econômicas, sociais e ambientais para espécies comerciais, como a banana e a pupunha, por exemplo, importantes para o PIB nacional e riqueza do território.

Outro fator levantado foi quanto às casas das nove mulheres que integram o grupo “As Perobas”. Todas apresentam uma nascente ou um curso d’água no quintal produtivo, o que demonstra a relação imbricada entre os recursos naturais, o cuidado com a natureza e a produção e reprodução social da vida dessas famílias tradicionais quilombolas.

Foto 17. Menino quilombola nadando



Fonte: Autoria própria, 2020.

Além disso, o que se apresenta em dados secundários levantados na Figura 12 é a manutenção das áreas preservadas do quilombo. É possível

perceber isso ao verificar a manutenção das áreas concentradas ao lado direito da fotografia tirada pelo *Google Earth* nos anos de 1986 e 2019.

Figura 12. Imagem satélite do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, nos anos de 1986 e 2019.



Fonte: Google Earth.

Portanto, as práticas agroecológicas nos quatro agroecossistemas preservam a Mata Atlântica local, práticas essas que são, ao mesmo tempo, o modo de vida das mulheres. Segundo relatos, as práticas acontecem desde a vinda dos seus ancestrais, recém-chegados no território, os quais, por sua vez, compartilharam conhecimentos com os índios locais. Esses conhecimentos são mantidos até os dias atuais como símbolos de resistência, consolidação do seu modo de cultivar alimentos e permanência no território.

A mulher na lavoura está mais preocupada com a qualidade do que com a quantidade, para nós é melhor colher melhor e menos do que ao contrário. A diferença entre o tipo de terra pra plantar o tipo de planta é escolhido assim por nós, a terra mais seca é a que dá o feijão de melhor qualidade, você colhe menos, mas ele aguenta o armazenamento mais de ano do que em terra mais escura. As terras mais escuras mais úmidas nós guardamos pra outras coisas, mas é onde os homens sempre querem plantar, dá mais, mas ele fica melado, perde mais na colheita e no armazenamento. (Agricultora Quilombola).

As mulheres manejam seus agroecossistemas com práticas agroecológicas que, por sua vez, estão voltadas para a sustentabilidade da sua família e manutenção das futuras gerações do seu grupo social, bem como de seu habitat, entendendo que, para atingir a sustentabilidade, é

primordial a capacidade de se relacionar com todos os seres e perceber suas necessidades.

Assim, conforme revela este estudo, as agricultoras quilombolas apresentam suas composições de solidariedade em seus anseios ritualísticos que convergem com seus modos de produção de alimentos. As práticas endógenas e organizadas em redes, sejam para plantios, tomadas de decisões políticas ou comercialização, se fazem presentes no dia a dia dessas mulheres, assim como formas não capitalistas se apresentam em sua autossuficiência na manutenção dos quintais produtivos, em sua relação com a natureza e no cuidado com seu território.

4.3. Divisão Social do Trabalho, Organização Social e Comercialização das Mulheres

A pesquisadora Emma Siliprandi (2015) chama a atenção para a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e para a importância das suas atividades no conjunto do sistema de produção (como a horta, o pomar, os animais domésticos e todas as atividades consideradas “secundárias” em relação às culturas comerciais). Além disso, confirma o que Maria Emília Pacheco propunha em relação aos projetos agroecológicos, que passam a dar destaque às mulheres enquanto sujeitos daqueles espaços de produção.

Essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade. Assim, o reconhecimento do seu valor implicaria, no entanto, uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam nesse tipo de projeto, pois seria necessário ouvir as mulheres, dar atenção às suas preocupações e reconhecê-las como elementos importantes nas lutas sociais, o que, até então, na prática, ocorria muito esporadicamente. (PACHECO, 2002).

Em todos os agroecossistemas mapeados ocorre a participação efetiva das mulheres em toda cadeia produtiva. Entretanto, os homens apresentam sua participação no preparo do solo das roças de coivara, nas

podas e roçadas, mas, principalmente, na gestão da comercialização dos alimentos que são produzidos pelas mulheres.

O quintal produtivo é o único agroecossistema de manutenção exclusiva das mulheres. Segundo relatos coletados em campo, o que ocorre muitas vezes é que os homens não consideram as atividades nos quintais produtivos como trabalho e, sim, como “ajuda” das mulheres, além de verem como uma atividade não remunerada e, portanto, improdutiva. Além disso, não há incorporação do trabalho doméstico no tempo de trabalho dos homens. Isso implica a sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres no seu dia a dia, o que interfere na produção agrícola em cada agroecossistema. Na unidade familiar, a hierarquia é definida pelos homens, e mesmo os jovens não são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, ficando incumbido esse trabalho às filhas jovens dessas mulheres agricultoras.

Foto 18. Trabalho Doméstico



Fonte: Autoria Própria, 2019.

A participação dos homens se apresenta, conforme relatos, no preparo do solo das roças de coivara, nas podas e roçadas, sendo distintas entre as duas áreas visitadas, conforme a variação do número de integrantes da unidade familiar.

A agricultora I diz que ela e o marido trabalham e que se faz necessário acrescentar um ou dois diaristas em época de preparo de

coivara ou manejo agroflorestal, podas e roçadas. A agricultora II, por sua vez, relata que em sua casa trabalham quatro filhos adultos e em mutirões se somam mais dois genros, não havendo despesas extras com diárias.

Além do trabalho doméstico, entre as dez mulheres do grupo, duas mulheres revelaram serem também responsáveis pela comercialização dos alimentos processados por elas, como as coxinhas, por exemplo. Nessa atividade de geração de renda para a família, andam pelo bairro a pé, sem ajuda dos maridos.

Figura 13. Divisão social do trabalho entre homens e mulheres.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Portanto, nos revela a Figura 13 que 22% do total do tempo dedicado à agricultura em um dia, no caso da agricultora I, é atribuído apenas à mulher. No caso da agricultora II, dada a dinâmica integrada entre agroflorestal e quintal produtivo composto no manejo anual da família, as mulheres trabalham 40% a mais no decorrer do dia, considerando o gasto necessário diariamente para a organização e manutenção do quintal produtivo.

Essa ferramenta foi construída de forma participativa, partindo do referencial do total do círculo ser um dia inteiro de trabalho. A partir disso, foram colocados os tempos representativos das agricultoras e dos homens envolvidos nas atividades em cada agroecossistema.

Assim, afirma-se o que expõem Faria e Nobre (2003): para melhorar as condições de produção dos itens agrícolas de subsistência é necessário disponibilizar recursos na mão das mulheres agricultoras. Ao falarmos do papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais,

percebemos que as agricultoras são cada vez mais atoras sociais em busca de uma melhor qualidade de vida.

Diferentes estudos evidenciam que as mulheres rurais realizam tanto o trabalho produtivo como o reprodutivo, mas, historicamente, uma parte considerável das atividades produtivas realizadas por elas é considerada como extensão do trabalho doméstico. Ao colocar a sustentabilidade da vida no centro das análises econômicas, a economia feminista se contrapõe a esta lógica, ressignificando as práticas sociais e o trabalho realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, a agroecologia permite evidenciar o conjunto de atividades realizadas pelas agricultoras e sua contribuição para a segurança e soberania alimentar, para a conservação da sociobiodiversidade e também para a economia. (TELLES, YUSUKA, FRANCO, 2019, p.77).

Quanto à comercialização dos alimentos produzidos, nas duas unidades familiares, as mulheres são responsáveis pelo processo de comercialização. Além disso, toda a documentação de nota fiscal e Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) está no nome delas.

Apenas a agricultora II possui a certificação orgânica por meio da Cooperafloresta e, embora a agricultora I não faça uso de produtos químicos, sua área não é certificada como orgânica. Conta a agricultora que foi a necessidade do uso da coivara como sistema de cultivo do feijão que fez com que ela precisasse sair da Cooperafloresta. Contudo, relata que seria importante ter seu sítio certificado, devido à maior precificação dos produtos no mercado, e reforça a não necessidade do uso de produtos químicos no plantio, pautada pelo cuidado com a saúde e com a natureza.

Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha, hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas, parentes e amigos que vêm visitar no final de semana são algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta. (SOF, 2015, p. 6).

Nós fazemos a nossa feira que é uma coisa bacana/ Nossa feira vende tudo até mandioca e banana/ O trabalho é importante que todos fiquem sabendo/ os produtos são saudáveis não tem nada de veneno. (Trecho do poema “As Perobas”).

Os dados abaixo nos revelam o que foi levantado no coletivo do grupo das mulheres “As Perobas”. “As Perobas” participam da associação

local; da Cooperafloresta; da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), na qual o grupo de mulheres é pioneiro; da pastoral e de partidos políticos. Com isso, viabilizam a geração de renda por meio da participação em palestras, feiras e mercados. Estes são fatores essenciais para a visibilidade das mulheres.

Foto 19. Reunião da Pesquisa com o grupo “As Perobas”



Fonte: Autoria própria, 2019.

Nesse sentido, reforçamos a importância da discussão de gênero na agroecologia sob a perspectiva do feminismo, pois é preciso garantir a visibilidade desse modo de produção e reprodução da vida, de forma dialogada a partir da perspectiva das mulheres, por elas estarem presentes em todas as atividades na unidade familiar e nas representações políticas e sociais.

A RAMA é uma organização de mulheres agricultoras no Vale do Ribeira, atualmente representada em oito bairros do município da Barra do Turvo, com 11 grupos de mulheres que são: “As Margaridas”, do bairro Indaiatuba; “Rosas do Vale”, do bairro Córrego da Onça; “As Perobas”, do Bairro Terra Seca; “As Rochas”, do bairro Terra Seca; “As Marques”, do bairro Ribeirão Grande; “Quilombo do Cedro”, do bairro do Cedro; “Esperança”, do Bairro Bela Vista, “Viveiro”, do bairro Rio Vermelho, “Girassóis”, bairro Taquarão. No total, há uma média de 70 mulheres

atuantes, além do município de Pariquera-açu, que conta com uma apicultora que participa da rede com a comercialização dos alimentos derivados do mel, com uma dinâmica progressiva de adesão de novas mulheres além das jovens filhas das agricultoras que vêm se interessando e apoiando a organização.

“As Perobas”, do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, são pioneiras da formação dessa organização social, incentivada a partir da execução da Política Pública de ATER Mulher Agroecologia, pela SOF entre 2015 e 2017.

No Vale do Ribeira as mulheres se uniram/ Com o trabalho na Agroecologia as portas se abriram/ A saúde melhorou e o clima agradou/ Em 2015 a SOF apareceu/ foi aí que conhecemos São Paulo, Brasil, povo meu. (Trecho de poema escrito por uma das integrantes do grupo “As Perobas”).

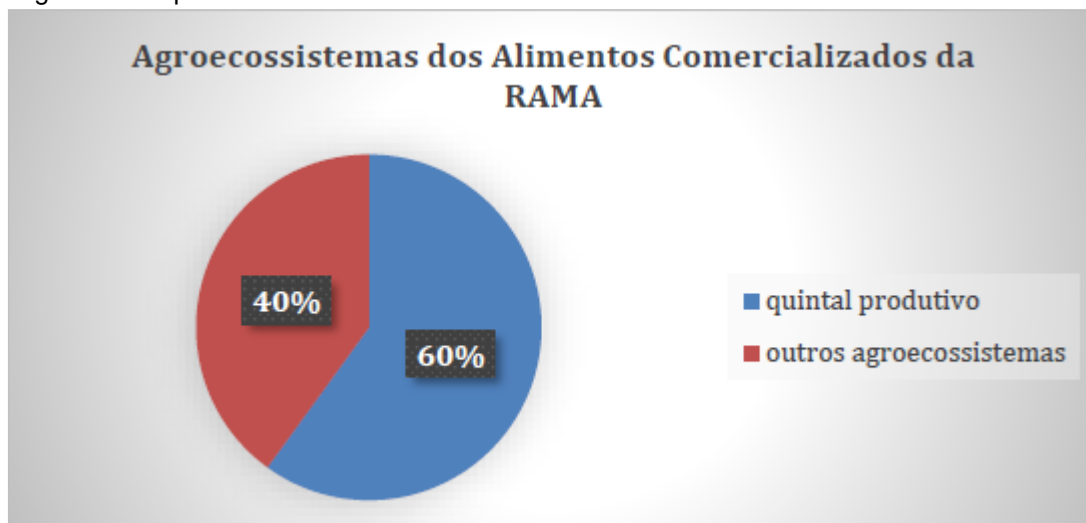
As mulheres da RAMA comercializam seus alimentos em São Paulo, desde 2016. Esse comércio é estabelecido por uma rede de Grupos de Consumo Consciente da grande São Paulo e lojas voltadas para a construção de mercados que sejam baseados nos princípios da agroecologia e da economia solidária. A diversidade de mercados é apresentada na Tabela 2, que concentra o período de 2017 a 2020. O gráfico da Figura 15 demonstra que a renda da comercialização entrou em crescimento após esse período.

Tabela 2. Mercados das mulheres do grupo “AS Perobas” 2017 – 2020

ComerA
Incubadora
CAUS
SOF
Horta di Gueto
Amesol
Quebrada Orgânica
Reviravolta
Quitandoca
Baru
Registro
UFABC
Ponto
Itaquera
CUCA
CRU SOLO
CRU OESTE
CRU DIADEMA

No levantamento de dados em planilhas oficiais sobre os alimentos comercializados de forma coletiva e solidária pelo grupo “As Perobas” na RAMA, fundada em 2018, observamos o total de 290 tipos de produtos agroecológicos oferecidos mensalmente. Dentre eles, 60% procedem dos quintais produtivos.

Figura 14. Representatividades dos alimentos cultivados



Fonte: Autoria própria, 2020.

Dos 290 tipos de alimentos, 119 são produtos in natura, o que representa 41,03% do total dos produtos, e 132 são processados, o que representa 45,51%. Os alimentos processados são exclusivamente manipulados pelas mulheres.

Figura 15. Gráfico Comercialização RAMA 2017 – 2020.



Fonte: Autoria própria. 2020

Em quatro anos de Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras, conforme demonstra a Tabela 3, a rede fez uma comercialização que gerou a renda de R\$253.566,25 para os grupos de consumo consciente da região metropolitana de São Paulo e para as lojas que apoiam a agricultura familiar agroecológica da cidade de São Paulo, iniciada desde 2017. São, ao todo, dezoito grupos de consumo que se articulam para uma compra mensal e dois intercâmbios que se realizavam semestralmente antes da pandemia e contavam com o auxílio de fundo dos próprios grupos de consumo e de projetos da SOF.

Além disso, com o processo de comercialização organizado pela RAMA, as agricultoras aumentaram expressivamente a sua autonomia na geração de renda. Tal fato faz frente ao PIB local já apresentado e também estimula o aumento da participação das jovens nas unidades familiares dessas mulheres da RAMA, que, anteriormente, saíam da zona rural em direção às áreas urbanas, principalmente Curitiba, em busca de empregos (em geral no trabalho doméstico).

Além de as mulheres construírem mercados com base na economia solidária e na agroecologia, garantem o melhor preço desses itens quando comparado aos mesmos produtos nos mercados atacadistas, que consomem em larga escala, por exemplo, o estoque de palmito e banana.

Assim, cabem aqui dois pontos convergentes que atravessam todo o estudo. Primeiro, a afirmação de práticas agroecológicas de mulheres que visam a sustentabilidade acima de tudo e, segundo, serem essas práticas conduzidas pelo ser social que as mulheres são para com a conduta da permanência da agrobiodiversidade e, por conseguinte, do seu território.

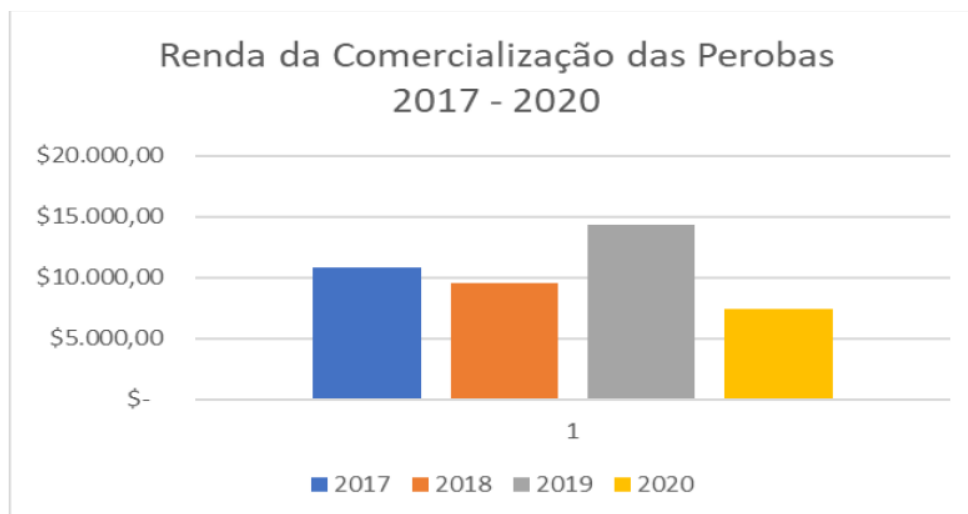
Tabela 3. Sistematização da Receita Bruta do total de alimentos comercializados pela RAMA de 2017 a 2020.

Grupo de Mulheres	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Centro Envolvimento	R\$ 5.659,00	R\$ 6.583,25	R\$ 6.630,00	R\$ 2.461,50	R\$ 21.333,75
Grupo Esperança	R\$ 4.621,20	R\$ 7.969,50	R\$ 12.528,00	R\$ 4.486,50	R\$ 29.605,20
Viveiro Comunitário	R\$ 337,20	R\$ 3.496,50	R\$ 7.361,25	R\$ 3.301,00	R\$ 14.495,95
As Margaridas	R\$ 10.782,70	R\$ 9.554,95	R\$ 14.337,00	R\$ 7.413,00	R\$ 42.087,65
As Perobas	R\$ 10.699,05	R\$ 13.731,40	R\$ 15.886,00	R\$ 6.461,00	R\$ 45.777,45
Mel Jana	R\$ 6.633,00	R\$ 30,00	R\$ 4.442,20	R\$ 2.191,00	R\$ 13.296,20
Rosas do Vale Quilombo Ribeirão Grande	R\$ -	R\$ 7.536,20	R\$ 4.109,35	R\$ 822,00	R\$ 12.467,55
Grupo Terra Seca	R\$ -	R\$ 2.650,00	R\$ 1.651,60	R\$ 1.137,50	R\$ 5.439,10
Conchas	R\$ -	R\$ -	R\$ 66.945,40	R\$ 649,00	R\$ 67.594,40
Cedro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 724,00	R\$ 724,00
TOTAL	R\$ 38.732,15	R\$ 51.551,80	R\$ 133.890,80	R\$ 29.391,50	R\$ 253.566,25

Fonte: SOF – Autoria própria, 2020.

As mulheres do grupo “As Perobas”, conforme é demonstrado na figura 16 e nas tabelas 3 e 4, constituem uma forte presença no que concerne à diversidade de alimentos oferecidos, bem como são ativamente políticas no processo organizacional da RAMA, junto ao conjunto das demais mulheres da rede.

Figura 16. Gráfico Renda Comercialização das Perobas 2017 – 2020



Fonte: Autoria própria, 2020

Além disso, a partir da tabela 4 abaixo, é possível destacar a agrobiodiversidade dos alimentos oferecidos pelas mulheres quilombolas, bem como observar a transformação dos alimentos, os quais, dentre os alimentos ofertados, geram mais valor, com destaque para os alimentos chips e as coxinhas.

Tabela 4. Relação de Produtos Comercializados pelo grupo das “Perobas”.

Grãos	Alimentos Tradicionais Transformados	Raizes/Tubérculos	Frutas
Arroz caseiro descascado	açúcar mascavo	Gengibre	Banana da terra
Feijão bico de ouro	Banana chips	Gengibre caipira	Banana maçã
Feijão carioca	batata doce chips	Inhame branco	Banana nanica (caturra)
Feijão de corda seco	Coxinha de mandioca (recheio de carne da jaca)	Inhame cabeça	Banana ouro
Feijão jaula	cozinha de biomassa de banana com pupunha	Inhame rosa	Banana pacovan
Feijão pardinho	Cueca virada	Mandioca	Banana pão
Feijão preto	Cuscuz c/ amendoim (inteiro)		Banana prata
Feijão roxinho	Cuscuz c/ amendoim (metade)		Banana santomé
	Cuscuz c/ amendoim (pedaço 1/4)		Banana santomé preta
	Cuscuz comum		Banana sucarema
	farinha de milho no monjolo		Banana vinagre
	fubá no monjolo		
	mandioca chips		

Fonte: Autoria própria, 2020.

O grupo “As Perobas” oferece alimentos tipicamente tradicionais, artesanais e transformados, tais como farinha de milho, farinha de mandioca, queijo, fubá, cueca virada, cuscuz, melado e açúcar mascavo. Esses alimentos representam a maior porcentagem do valor adquirido com essa comercialização, portanto, a manipulação dos alimentos é considerada parte fundamental para a composição da renda familiar.

As agricultoras transformam alimentos em produtos de maior valor agregado, sendo esses, no caso da agricultora I, a banana chips e, no caso da agricultora II, o açúcar mascavo, o melado, a farinha de mandioca e o milho. Tais atividades são feitas pelas mulheres jovens e mais velhas na cozinha, no espaço do quintal produtivo. Além disso, esses afazeres são realizados de forma coletiva entre as mulheres que compõem o grupo das Perobas, e a renda é dividida igualmente após a comercialização.

Tabela 5. Fotografias dos Alimentos Típicos Tradicionais Quilombolas



Fonte: Autoria própria, 2020.

O milho é um alimento muito importante para as agricultoras, e seu processamento envolve relações não capitalistas de produção herdadas dos seus ancestrais. Sua fabricação, desde o plantio, a colheita, a lavagem, a secagem até a farinha final batida no monjolo, é feita coletivamente pelos membros da família.

Figura 20. Cultivo das Mulheres Quilombolas da Farinha de Milho no Monjolo



Fonte: Autoria própria, 2020.

O cultivo da banana no território quilombola, segundo relatos das agricultoras, compõe-se de bananas nativas do local e de outras bananas mais comerciais, como a banana prata e a banana maçã, que foram incorporadas ao longo dos anos, conforme a boa adaptação da cultura na região.

Sobre isso, dois pontos nos chamam a atenção. O primeiro em relação à precificação da banana por preço de atacadistas que circulam pela região e que oferecem uma média de R\$0,68/Kg da banana, enquanto a rede de consumo consciente que as mulheres da RAMA vêm construindo com base na economia solidária e na agroecologia feminista discutem a precificação de R\$2,80/Kg.

Os alimentos vendidos, doados ou trocados foram revistos pelas agricultoras através das anotações nas Cadernetas Agroecológicas, desde a ATER Mulher Agroecologia, executada pela SOF. Essa visibilidade lhes garantiu estímulo e maior valorização do seu trabalho

Na época a gente nem via mesmo o que a gente fazia, os maridos chegavam e falavam: “Você não fez nada hoje?”. Depois de começar a anotar que a gente viu, todo mundo na casa viu, além de se a maior parte da nossa produção mesmo. (Agricultora).

Do ponto de vista econômico, essas iniciativas são importantes estratégias para a geração de renda para a economia familiar, conforme já observado com a apresentação dos dados das Cadernetas Agroecológicas, mas, ao mesmo tempo, de reafirmação identitária. Além disso, as iniciativas de comercialização protagonizadas pelas agricultoras são ações de autoafirmação. (TELLES, 2018, p.134).

O segundo ponto diz respeito à geografia local, que possui áreas de declividade altamente íngreme, o que faz com que o cultivo e os manejos dos agroecossistemas tornem-se mais complexos do que quando comparados aos cultivos em áreas de relevo plano. Porém, o maior impacto está no transporte dos cachos de bananas pós-colheita.

Na figura abaixo, é possível observar algumas casas que possuem um artifício denominado “tirolesa”. Com o auxílio dos cabos de aço, os cachos são organizados em um carrinho que os conduz à estrada ou aos pontos mais baixos das unidades de produção. Porém, no caso das mulheres do grupo “As Perobas”, nenhuma apresenta essa estrutura e duas possuem animais para carregar a carga.

Foto 21. Tirolesa no Bairro Terra Seca



Fonte: Autoria própria, 2020.

Dentre os desafios da valorização dos alimentos da RAMA, está a busca por uma agroindústria nas conformidades vigentes para que os alimentos possam circular em todos os tipos de mercado.

A transformação dos alimentos é tarefa exclusiva das mulheres em suas cozinhas e, muitas vezes, as jovens da casa se juntam para ajudar na execução dessas atividades, o que envolve tanto o processamento dos alimentos colhidos *in natura* quanto as tarefas do trabalho doméstico, que, sabemos, majoritariamente ainda passam apenas pelas mulheres.

Além da importância desses alimentos no dia a dia das mulheres para o abastecimento da casa, eles agregam valor ao alimento colhido *in natura* e comercializado de forma transformada. Para isso, há uma exigência da vigilância sanitária, obrigatória pela legislação brasileira que, segundo relatos, compreende um complexo de impedimentos.

Durante o levantamento de dados dessa pesquisa, a liderança do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca destacou a importância de políticas públicas para favorecer o trabalho das mulheres na agricultura. Ela afirmou que, durante o acompanhamento da SOF no projeto de ATER Mulher Agroecologia, havia uma agroindústria construída na comunidade

Ribeirão Grande e Terra Seca para a produção dos derivados da cana de açúcar, envolvendo toda a comunidade e que foi embargada pela vigilância sanitária por 12 cm de altura do pé direito. Essa agroindústria foi concebida pelo quilombo para formalizar a comercialização dos alimentos tradicionais quilombolas, como a rapadura, o melado e o açúcar mascavo.

Durante o processo de acessar o recurso junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão público responsável pelo repasse do recurso para esse incentivo, um agente da vigilância sanitária aprovou a obra original. Contudo, após a construção, a vinda de um novo agente da vigilância sanitária embargou o seu uso. Como não foram deixados documentos com a Associação do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, a obra se encontra hoje com a função de dormitório para pesquisadoras, técnicas e demais visitantes da comunidade.

Nossos estudos revelam que, no grupo “As Perobas”, são as mulheres que participam da comercialização de todos os agroecossistemas manejados, devido ao seu grau de organicidade. Isso nos faz refletir sobre a necessidade da inclusão do debate de gênero para a estruturação das mulheres enquanto sujeitos políticos de sua produção agroecológica.

Portadoras de novos sentidos políticos e propostas, as mulheres evidenciam, por meio de seus depoimentos, como têm se engajado e influenciado de forma efetiva o movimento agroecológico e as políticas de agroecologia. Por isso a palavra-chave é *transformar*. As mulheres transformam-se, reconfiguram as relações pessoais e familiares e, com a afirmação de sua *identidade coletiva* e afirmando-se como sujeito político transformam a construção social da agroecologia. (SILIPRANDI, 2015, p. 21).

Essa articulação feita pelas mulheres, que culminou na construção de uma agroecologia feminista, permitiu um atendimento exclusivo às demandas das mulheres agricultoras, com metodologias apropriadas à economia feminista e solidária. Após a conclusão do projeto de ATER, a SOF, estimulada pelas agricultoras atendidas, se mantém até os dias atuais no território, realizando sua assistência técnica em diversas frentes, não apenas na comercialização e produção de alimentos agroecológicos, mas também nos assuntos integrados, relacionados aos direitos das mulheres

por seus territórios, tempos, políticas públicas e autonomia em sua produção e comercialização, bem como de seu próprio corpo.

Quanto à política pública de ATER Mulher Agroecologia, durante a execução da SOF, era obrigatória a existência da Declaração de Aptidão ao Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar (DAP), porém, os dados fornecidos pela SOF apontam que, iniciados os trabalhos em fevereiro de 2015, em maio, entre as 240 mulheres beneficiárias apenas 30% possuíam a DAP.

As mulheres afirmaram que isso ocorreu devido aos maridos não as incluírem na DAP, alegando não ser relevante e necessário, pois, para eles, a inclusão do nome dos maridos já era suficiente para o documento. Entretanto, uma vez essas mulheres estando sem sua documentação, automaticamente se encontravam sem direitos de acesso às políticas públicas, como auxílio-maternidade, auxílio-doença, crédito rural e aposentadoria, além de não terem o reconhecimento como agricultoras familiares perante o estado e a sociedade.

A organicidade das mulheres em grupos atrai organizações sociais que apresentam metodologias apropriadas às realidades das mulheres, além de constituir maior resistência para dar continuidade à política pública de ATER Mulher Agroecologia e demais políticas que dizem respeito aos direitos das mulheres. Ademais, estimula aquelas ainda não organizadas e que apresentam ausência de informações sobre seus direitos.

Contudo, os desafios para promover a autonomia econômica feminina se sintetizam em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental fortalecer estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras os grupos de compra com a ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de as mulheres terem controle sobre o próprio trabalho. (SOF, 2016, p.36).

Outro fator, portanto, é a importância da discussão de gênero na agroecologia sob a perspectiva do feminismo, pois é preciso garantir a visibilidade desse modo de produção e reprodução da vida, de forma dialogada, a partir da perspectiva das mulheres. Afinal, elas estão

presentes em todas as atividades na unidade familiar e nas representações políticas e sociais.

Agroecologia é o que a gente sempre fez aqui, depois veio o nome agroecologia. Agroecologia é nosso jeito de viver a vida no nosso dia a dia, com nossos ritos, celebrações, agricultura e organização social. (Liderança local e Representante da CONAQ, atividade de campo/ fevereiro de 2020).

As mulheres apresentaram no centro das suas atividades a particularidade do cuidado. Esse esteve presente em todas as tarefas diárias, não necessariamente apenas no ambiente doméstico, como geralmente é abordado pela economia clássica. Além do tempo de trabalho dedicado às tarefas domésticas, observamos dedicação e cuidado às atividades no âmbito dos quintais produtivos, os quais são responsáveis pelo sustento da família através do fornecimento de alimentos, renda e medicamentos e são exclusivamente mantidos pelas mulheres. No trabalho produtivo, os roçados de carpida, de coivara e agroflorestas representam uma sociobiodiversidade funcional, a partir da variedade de alimentos encontrados, da garantia das sementes crioulas e da diversidade genética. Assim, é agregado à manutenção de seu modo de vida a preservação da Mata Atlântica.

Figura 18. Diversidade na luta das agricultoras



Fonte: Autoria própria, 2021.

A figura 18 resume o contexto das atividades levantadas, tanto as relacionadas a seus modos de organização social quanto as que concernem à produção dos alimentos agroecológicos, às formas de comercialização e aos recursos necessários para garantir a comunicação entre as pessoas da rede de comercialização e de ancestralidade. Essas atividades somam as partes do dia a dia das agricultoras do grupo "As Perobas".

5. CONCLUSÕES

Com esse estudo, concluímos que as agricultoras quilombolas sustentam práticas de solidariedade em seus anseios ritualísticos e nos modos de produção de alimentos. As práticas endógenas e organizadas em redes, sejam elas para plantios, tomadas de decisões políticas ou comercialização, se fazem presentes no dia a dia dessas mulheres, assim como formas não capitalistas de produção se revelam na autossuficiência em relação aos agroecossistemas manejados por elas.

Os dados demonstraram que, devido aos seus ancestrais indígenas e afrodescendentes, a presença de uma agricultura tradicional quilombola já existia antes da institucionalização do PEJ e, por isso, suas descrições reestabelecem um diálogo histórico a partir da agroecologia enquanto olhar epistemológico para a relação dos seres humanos com a natureza, na busca do bem viver (teko pora) e de uma terra sem males (tekoha).

A agroecologia, sob a perspectiva das mulheres descritas neste estudo, aponta caminhos viáveis para a condução de um projeto de agricultura com base na soberania alimentar. Esse projeto tem por base a produção de alimentos com qualidade e dignidade, nos agroecossistemas manejados pelas agricultoras quilombolas, e é pautado pela responsabilidade em relação à saúde humana e ambiental. Esses manejos provêm dos saberes tradicionais e, por isso, no fazer agricultura dessas mulheres não são utilizados insumos químicos e agrotóxicos, o seu trabalho é de baixo custo e integralmente sustentável, o que as mantém em seu território preservado até os dias atuais.

Com este estudo, atestamos também que o quintal produtivo é um agroecossistema exclusivamente manejado pelas mulheres. Esse apresenta ampla agrobiodiversidade de múltipla funcionalidade, além de um manejo com baixo revolvimento de solo que, por conseguinte, resulta na acumulação de matéria orgânica no horizonte do solo, o que indica sua alta fertilidade. Não há uso de quaisquer agrotóxicos ou produtos químicos, sendo o manejo de baixo custo realizado através do fazer dinâmico e

permanente entre plantio e colheita pelas mulheres, a partir dos seus modos de vida e construções de seu ser social.

Por fim, as políticas públicas com recorte de gênero são fundamentais para que as mulheres se fortaleçam enquanto sujeitas políticas de transformação. Por isso, os movimentos sociais organizados pelas mulheres são fundamentais para que essas políticas aconteçam. São nos espaços exclusivos das mulheres que a construção do conhecimento agroecológico feminista amadurece em sua plenitude, além disso, considerando a histórica exclusão das mulheres nos processos decisórios, nesses espaços as mulheres podem se fortalecer para se inserir nos espaços mistos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Erro! Indicador não definido. Espaço, corpo e afeto: antirracismo nas práticas femininas quilombolas contemporâneas. **Revista LABRYS**. Edição em português. Online, v. 31, 2018, p. 1-20.

ALMEIDA, M. *Territórios e afetos: práticas feministas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*. 302p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.

ASSUNÇÃO, M. R. “Quilombos maranhenses”. In J. J. Reis, & F. dos S. Gomes, [Org.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BARDIN, I. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BIM, J.B. O. *Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira – São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOMBARDI, L. M. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

CARDOSO, E. J. B. N.; VASCONCELLOS, R. L. F.; BINI, D.; MIYAUCHI, M. Y. H.; SANTOS, C. A.; ALVES, P. R. L.; PAULA, A. M.; NAKATANI, A. S.; PEREIRA, J. M.; NOGUEIRA, M. A. Soil health: looking for suitable indicators. What should be considered to assess the effects of use and management on soil health?. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v. 70, n. 4, 2013, p. 274-289.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York/London: Routledge, 2000.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Marcha das Margaridas 11 a 12 de agosto de 2015*. Projeto para Captação de Recursos. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Dezembro, 2014.

DEDALINA, S.S. *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas/organização* (de) Selma dos Santos Dedalina. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

DIEGUES, A.C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6 ed. São Paulo: Editora HUCITEC/ NUPAUB, 2008.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Manual de Métodos de Análise de Solos*. Embrapa Solos. 3 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2011.

FARIA, N. "Mulheres rurais na economia solidária". In. BUTTO, A; DANTAS, I. (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2011, p. 37-53.

FERREIRA, A. P.; MOREIRA, S. L.; SILIPRANDI, E. *Reivindicando o valor das mulheres na Agroecologia. Cadernos de Agroecologia*. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão - Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

GT Mulheres da ANA. IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia. *Sem Feminismo Não Há Agroecologia*. Belo Horizonte, 2018.

HILLENKAMP, I; NOBRE, M. Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira: Contribuição para o debate sobre reprodução social. **Revista Temáticas**: revista dos pós-graduandos em ciências sociais/Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 1, n. 1. (1993 -). Campinas, SP, UNICAMP/IFCH, 1993, v.26, n.52, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. *População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios – 2010*. Disponível em:

< <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=35>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LEINIGER, M.M. *Qualitative research methods in nursering*. Orlando: Grune & Stratton Inc., 1985.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 182p. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

MIES, M.; SHIVA, V. *La Praxis Del Ecofeminismo: biotecnologia, consumo y reproducción*. Barcelona: Icaria editorial, s.a, 2008.

MILANELLO, M. *Comunidades Tradicionais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a ameaça do Turismo emergente*. Anais do II Congresso Nacional sobre Essências Nativas. São Paulo, 3v., 1992, p. 1109-1111.

MORGAN, D.L. *Focus group as qualitative research*. SAGE Publications. London: 1997.

MOTTA, V. Mulher(es) e agroecologia: a diversidade falada mais ainda escondida. Boletins da CLACSO, Buenos Aires. Setembro 2021. (no prelo).

MOTTA, D. V. Pesquisa-ação e viabilização do sujeito: mulher e raça. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n.2, 2020, p. 47-48.

MOTTA, D. V. *Por uma agroecologia antirracista*. Cadernos de Agroecologia – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, n. 3, 2020.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Construindo um diálogo: feminismo e agroecologia (entrevista). **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, ano 28/29, n. 103/104, dez/mar. 2005a.

PRIMAVESI, A. *Cartilha da Terra*. Expressão Popular, Série Ana Primavesi, 115p, 2020.

PRIMAVESI, A. *Agroecologia: Solo-Planta-Água-Nutrição-Saúde*. Anais do Encontro de Agroecologia, Campinas, SP, 2003. Disponível em: < <https://ctazm.org.br/bibliotecas/cartilha-cadernetas-agroecologicas-267.pdf> >. Acesso em: 23. jun. 2021.

PRIMAVESI, A. *Manejo Ecológico dos Solo*. 15. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

PRIMAVESI, A. *Agroecologia: Manejo Ecológico do Solo*. III Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica. Piracicaba, São Paulo. Anais. 1998. Disponível em:

<<https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Agroecologia-Manejo-ecol%C3%B3gico-do-solo-3%C2%AA-Confer%C3%A2ncia-Brasileira-de-Agricultura-Biodin%C3%A2mica-A-Agroecologia-em-Perspectiva-1998.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PRIMAVESI, A. *Fundamentos de Agroecologia*. Anais do Agricultura Orgânica e agricultura familiar, 2001. Disponível em:

<<https://anamariaprimavesi.com.br/2020/01/17/fundamentos-de-agroecologia/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SEIBERT, I. G. [et al.]. “Sem feminismo, não há agroecologia”. In: *O poder das mulheres na luta por soberania alimentar*, 2019. OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO, 2019. Disponível em:

< https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch11-2019_por-44-53.pdf >. Acesso em: 23. jun. 2021.

SHIVA, V. *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*. Vandana Shiva kali for women, n. 84, Panchshila Park, New Delhi, 1988.

SILIPRANDI, E. “Rompendo a Inércia Institucional: As Mulheres Rurais e a Política Nacional de Agricultura Orgânica.” In: SAMBUICHI, R. H. R [et al.] (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 187-198, 2013.

SILIPRANDI, E.C. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E. “Políticas de Alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs) *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003. p. 56-90.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar. 2000.

SIQUEIRA, J.B. Uma metodologia de auxílio à interpretação da qualidade do solo por meio da cromatografia de Pfeiffer. Tese (Doutorado). UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, 2018.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *A produção do viver: ensaios da economia feminista*. Nalu Faria, Miriam Nobre (Orgs). (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7). São Paulo: SOF, 2003.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania*. Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori (Orgs.). São Paulo: SOF, 2015.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização*. São Paulo: SOF, 2016.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. São Paulo: SOF, 2018.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: SOF, 2020.

TELLES, L.; YUSUKA, S.S.; FRANCO, V.F. *Resiliência e Autonomia: experiências das agricultoras agroecológicas no Vale do Ribeira*. São Paulo, 2019.

TELLES, Liliam, *Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, jun. de 2018.

TEIXEIRA, M.O.; FARIA, N. *Empoderamento econômico das mulheres no Brasil: pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado*. OXFAM/Brasil, São Paulo, junho de 2018.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

APÊNDICE I. Análise Solo dos Agroecossistemas

Nº da Amostra	pH		g/dm3	mg/dm3	mmol/dm3					mg/dm3		mg/dm3 Relações									
	CaCl2	H2O			P	K	Ca	Mg	Al	H+Al	SB	T	V%	S	Fe	Mn	Zn	Cu	B	Ca/Mg	Ca/K
Interessado	5,6	6,3	43	14	1,7	76	14	0	26	92	118	78	---	35	239,4	21,5	1,8	0,37	5,4	44,7	8,2
Agrofloresta	5,6	6,3	43	14	1,7	76	14	0	26	92	118	78	---	35	239,4	21,5	1,8	0,37	5,4	44,7	8,2
Coivara	6,1	6,7	50	32	7,6	132	32	0	16	172	188	91	---	32	140,8	11	1,5	0,51	4,1	17,4	4,2
Quintal Produtivo	6,6	7,2	29	62	3,1	124	66	0	10	193	203	95	---	28	42,8	4,6	0,8	0,62	1,9	40	21,3
Roça de Carpida I	6,3	6,9	35	56	5,3	71	44	0	13	120	133	90	---	24	55,6	5,3	1,2	0,32	1,6	13,4	8,3
Roça de Carpida II	5,8	6,4	43	21	5,8	74	30	0	24	110	134	82	---	44	197,4	30,9	5,8	0,54	2,5	12,8	5,2
TEOR	P resina				Valores Limites												Acidez	pH			
	Florestais	Perenes	Anuais	Hortaliças	K	Ca	Mg	S - SO4	V%	B	Cu	Fe	Mn	Zn	CaCl2						
M. baixo	0-2	0-5	0-6	0-10	0 - 0,7	---	---	---	0-25	---	---	---	---	---	M. Alto	Até 4,3					
Baixo	3-5,0	6-12,0	7-15,0	11-25,0	0,8 - 1,5	0-3	0-4	0-4	26-50	0-0,20	0-0,2	0-4	0-12	0-0,5	Alto	4,4 - 5,0					
Médio	6-10,0	13-30	16-40	26-60	1,6 - 3,0	4-7,0	5-8,0	5-10,0	51-70	0,21-0,6	3-8,0	5-12,0	1,3-5	0,6-1,2	Médio	5,1-5,5					
Alto	11-20,0	31-60	41-80	61-120	3,1 - 6,0	>7	>8	>10	71-90	>0,6	>0,8	>12	>5	>1,2	Baixo	5,6-6,0					
M. Alto	>20	>60	>80	>120	>6,0	---	---	---	>90	---	---	---	---	---	M. Baixo	>6,0					

Metodologia Extração do Laboratório de Análise de Solo: P; K; Ca; Mg; Resina: S-SO4; Fe; Mn; Cu; Zn – DPTA – TEA; B- Agua Quente

Apêndice II. Levantamento das Plantas Indicadoras nos Agroecossistemas

Espécies			Roça de	Roça de	Agrofloresta	Quintal	Agrofloresta	Quintal
Mastruz	<i>Lepidium virginicum</i> L.	alelopatia positiva exudatos radiculares estimulantes de crescimento		+	+	+	+	+
Picão-preto	<i>Bidens pilosa</i>		+		+	+	+	+
Tiriricão	<i>Cyperus esculentus</i> L.	controle de nematóides	+	+	+	+	+	+
Guanxuma	<i>Sida rhombifolia</i>	compactação de solo			-	-	-	-
Picão branco	<i>Galinsoga parviflora</i>	excesso de nitrogênio, deficiência de Cálcio				-		-
Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i>	razoável quantidade de matéria orgânica, boro e solos arenosos			+	+	+	+
Caruru	<i>Amaranthus viridis</i>	deficiência de boro				-		
Mentrasto	<i>Ageratum conyzoides</i>	indicador de matéria orgânica				-		-
Caraguatá	<i>Eryngium horridum</i>	solos pobres e ácidos	-					
Tiririca	<i>Cyperus rotundus</i>	solos com umidade				+		+
Dente de leão	<i>Taraxacum officinale</i>	solos argilosos, férteis, profundos, ricos em nitrogênio			+	+	+	+
+ influência positiva -: influência negativa em branco: não consta								
I: agricultora I II: agricultora II								

APÊNDICE III. Poema “As Perobas” da agricultora quilombola do grupo de mulheres “As Perobas”.

As Perobas

No bairro Terra Seca muita coisa aconteceu,
É uma história antiga, muita gente se esqueceu.
Um homem muito importante aqui no bairro morou,
Ao fazer a sua roça, muita peroba ele cortou.
A peroba, madeira muito boa, eles fazem monjolo, eles faziam canoa.
Essa é uma história, minha vó aqui contou “grupo trabalha, mas não se afobar”,
Estou falando é do grupo As Perobas, grupo trabalha até suar,
Mas se tem baile, nós gostamos é de dançar.
Neste grupo quem trabalha é a Vanilda e a Pedrina
Tem a Jane e a Nelma, a Heloisa, Claesdina, a Maria Aparecida
E também a Doliria.
Esse grupo é animado todo mundo se admira.
Somos sempre agricultura trabalhando com alegria
O trabalho é pesado trabalhando todo dia
Nós chegamos no trabalho e já fazemos uma oração
Em São Paulo tem a SOF que nos dá informação.
Nós fazemos a nossa feira que é uma coisa bacana
Nossa feira vende tudo até mandioca e banana
O trabalho é importante que todos fiquem sabendo
Os produtos são saudáveis não tem nada de veneno.
Esse trabalho já deu certo, escuta o que estamos falando.
Nós vendemos os produtos e o dinheiro vem chegando.

Nós fazemos todo o esforço para a vida melhorar,
Se precisa alguém de ajuda estamos prontas para ajudar.
Se alguma coisa não tá certo aqui nós não esquentamos não,
Decidimos com o grupo e já marcamos reunião.
Trabalhamos com amor carinho e dedicação,
Fazendo sempre de tudo pra que não se falte o pão.
Quando chega o pedido nós já vamos se virá,
Nós vendemos abobrinha até batata e cará,
Já vendemos até verdura abacate e inhame
Aqui nós sempre fazemos de tudo para não passar vexame.
Grupo trabalha, mas não se afoba,
Estou falando é do grupo das Perobas,
Grupo trabalha até suar, mas se tem baile,
Nós gostamos é de dançar.